

São Paulo no contexto da industrialização do vestuário, durante a *belle époque* tropical – 1870 a 1922 *

Luis André do Prado **

Resumo

A indústria de vestuário no Brasil segue carente de pesquisas históricas, em particular sobre sua fase inicial. Contribui para este quadro a escassez de fontes que permitam esclarecer sobre seu período mais remoto, questões como: número de empreendimentos e da mão de obra empregada; maquinários, capitais, volumes produzidos etc. Este artigo se propõe a compor um curto painel sobre o período da *belle époque* tropical (dos anos 1870 até a 1922) quando o segmento ganhou impulso no Estado de São Paulo, que passava a alavancar a industrialização do segmento no país, ainda voltado a peças de modelagens simples e estáveis. Para tanto, tomamos por suporte pesquisa realizada por Francisco Bandeira Junior em 1909, tempo em que a mecanização (máquinas de costura, de corte etc.) já permitia reduzir custos de produção, simultaneamente ao incremento do comércio urbano, que ampliava o acesso a bens vestíveis, socialmente diferenciados pela qualidade e estética das peças; ou seja, pelo valor simbólico da moda.

Palavras-chave: Indústria do vestuário; História econômica; Consumo; Moda.

Abstract

The state of São Paulo in the Brazilian context of clothing industrialization, during the tropical belle époque – 1870 - 1922

The clothing industry in Brazil continues to lack historical research, particularly about its initial phase. Contributing to this situation is the scarcity of economic sources, in the most remote period, that allow for better clarification of issues such as: number of existing enterprises and the workforce used; available machinery, invested capital, produced volumes etc. This article comprises a panel on clothing serial manufacturing in the tropical's belle époque period – from the 1870s to 1922, the beginning of modernism – a time when the segment gained momentum in the country, especially after the First World War (1914-1918), still focused on simple and stable pieces, which was not the case with most women's clothing, which was more complex and influenced by changes in fashion. We highlight, in this context, the significant growth recorded by São Paulo, supported by research published in 1909 by Francisco Bandeira Junior, with rare data on São Paulo factories at the time. Mechanization – made possible by sewing machines, cutting machines etc. – lowered production costs, simultaneously with the increase in urban commerce, which expanded access to wearable goods that, however, remained socially differentiated by the quality and aesthetics of the pieces; that is, for the symbolic value of fashion.

Keywords: Clothing industry; Economic history; Fashion.

JEL: L11, L67, N66, O14.

Introdução

Karl Marx ressaltou em *O Capital* a importância que teve para a Inglaterra o escoamento de produtos industrializados têxteis e de vestuário para “o mercado colonial, onde, além de tudo, predominam os hábitos e gostos ingleses” (Marx, 1867/2011, p. 361). Hábitos e gostos são valores culturais imbuídos de significações sociais, subentendendo, no caso, que os produtos ingleses e franceses chegavam aos países periféricos embalados pelas referências estéticas da moda (com

* Artigo recebido em 24 de junho de 2022 e aprovado em 6 de junho de 2024.

** Pós-doutorando na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), São Paulo, SP, Brasil. E-mails: laprado@pyxisnet.com.br; laprado1955@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0900-6455>.

predominância francesa para mulheres e inglesa para homens), transmitindo aos consumidores de camadas médias e altas brasileiras o sentimento de adquirir, por meio das vestes, verossimilhança com as formas de vestir dos grandes centros europeus e, portanto, de modernidade e civilidade. Nos faltam, todavia, fontes sobre dados econômicos, assim como pesquisas e estudos mais aprofundados sobre os eventos da fabricação de roupas seriada no Brasil, no século XIX e primeira metade do século XIX, seguimento que se insere no conjunto da indústria de transformação (manufatura) ou indústria de bens de consumo. Uma fonte disponível é o relatório “O Brasil – Suas riquezas naturais, suas indústrias”, publicado em 1909 pelo Centro Industrial do Brasil (RJ), que se definia como “instituição particular”, contendo dados estatístico de pesquisa efetivada em 1907, por encomenda do governo Rodrigues Alves (1902-1906), no qual se lê seguinte a advertência:

Em vez de dissertar acerca do desenvolvimento da indústria fabril, achamos mais acertado promover a organização da respectiva estatística. Nesse sentido não havia nada formado. Bem sabíamos que os hábitos do paiz são de algum modo infensos a semelhante tarefa. [...] Do comércio inter-estadual nada se sabe. Por isso se torna impossível fazer uma idéia precisa das permutas comerciais do paiz. [...] A nossa tentativa é apenas um esboço do que tem de ser desenvolvido (Centro Industrial do Brasil, 1909, v. III. p. 255).

Ainda que escassas, as informações disponíveis nesta e outras fontes sobre a indústria têxtil e de vestuário confirmam a citação de *O Capital* quanto ao fato de que países periféricos, como o Brasil, foram fartamente abastecidos de produtos ingleses e franceses, no segmento, o que se manteve até pelo menos a metade do século XX, a despeito de a industrialização de roupas ter se ampliado expressivamente por aqui, já desde o período aqui analisado. Em tempos de “imperialismo informal”, reforçando expressão usada por Jobson Arruda, o Brasil caminhava para alterar, ainda que parcimoniosamente, a condição de exportador de matérias-primas e consumidor de produtos transformados, seguindo os “mecanismos clássicos do neocolonialismo que preponderaria nas relações metrópole-colônia no decurso do século XIX, certamente benéfico para os britânicos” (Arruda; 2016, p. 95). Assim, desde os seus primórdios, a indústria brasileira foi condicionada a essa posição ocupada pelo país no concerto da economia internacional como, ademais, ocorre até a contemporaneidade.

Especialmente no caso do vestuário, ainda que fábricas nacionais tivessem alcançado relevância no mercado interno, nas primeiras décadas do século XX, este segmento da indústria esteve atrelado a condições orquestradas pelos centros hegemônicos. Fica evidente, por exemplo, a relação que as fábricas da primeira metade do século XIX mantiveram com a economia de exportação, caso, por exemplo, das manufaturas peças simples usadas para vestir a mão-de-obra escravizada, confeccionadas em algodão grosseiro que também se destinavam “à produção de sacarias para produtos agrícolas de exportação (açúcar, algodão, cacau)” (Suzigan, 1986, p. 117). A produção deste tecido rústico experimentou crescimento na virada para o século XX, chegando ao final da primeira Grande Guerra à condição de termos o “mercado nacional atendido predominantemente pela produção interna” (Fishlow, 1972, p. 7).

Especificamente sobre vestuário, a parca pesquisa historiográfica nacional sobre o tema tem, muitas vezes, resultado em datações equivocadas que situam seu início no “entre guerras” ou em meados do século XX (Kontic, 2007, p. 41). Desde as primeiras décadas do século XIX, contudo, tivemos as citadas manufaturas de roupas feitas para escravizados, confirmando que também aqui, como na Europa, as indústrias pioneiras de vestuário tiveram sua gênese em de peças para trabalhadores; mas constatamos, ainda, em especial a partir da segunda metade daquele século, um incremento na produção de peças destinadas às camadas médias dos maiores centros urbanos – como no Distrito Federal (que abrangia o município do Rio de Janeiro)¹ e em São Paulo Capital. Um pouco mais à frente, no período da chamada *belle époque* tropical², este incremento foi ainda mais expressivo, sempre acompanhando o crescimento dos mercados, que importavam também as novas formas de comércio surgidas na Europa, como os magazines e lojas de departamento. A seriação do vestuário feminino ocorreu no período para peças íntimas e roupas de modelagens estáveis, como casacos, coletes, espartilhos etc.). Vestidos, blusas e demais peças exteriores mantiveram-se em confecção sob medida, por serem de confecção complexa e por sofrerem influência das modas sazonais, centralizadas em Paris. Apesar de a chamada *haute couture* francesa se dedicar exclusivamente a peças femininas sofisticadas, destinadas às camadas mais altas, seus lançamentos já ganhavam farta divulgação da imprensa, influenciando as demais camadas sociais. Assim sendo, predominava, no período analisado, a roupa feita sob medida por alfaiates e modistas (no caso das camadas mais altas), ou ainda por costureiras e donas de casa (no caso das camadas mais baixas), já com o apoio das máquinas de costura, que se tornavam um acessório doméstico popular.

A penetração da roupa pronta no mercado nacional se deu, portanto, ao longo de décadas, num processo gradual em que foi relevante, como já dito, o papel das lojas de departamento e magazines, que operaram, muitas vezes, de forma interligada ou paralela com a indústria. A maior valorização do produto importado, considerado superior pelas elites e camadas médias, fez com que nossas confecções se especializassem na cópiagem de *designs* e modelagens de peças importadas em particular da França, Inglaterra e dos EUA – que também eram copiadores. Este comportamento é confirmado pelo pesquisador autodidata Antonio Francisco Bandeira Junior, no levantamento que publicou ainda em 1901 sobre a indústria no Estado de São Paulo, do qual é possível extrair dados detalhados sobre pelo menos sete fábricas de roupas feitas, amostragem pequena, mas preciosas, por

(1) **Distrito Federal** é uma unidade federativa do país, que correspondia então ao território do atual município do Rio de Janeiro, derivando do antigo Município Neutro, sede da monarquia brasileira entre 1834 e 1891, ano em que a primeira constituição nacional ali instituiu o também primeiro DF da República brasileira, que vigorou até 1960, quando foi transferido para área de 5 779,784 km² no estado de Goiás, divisa com Minas Gerais, onde se localiza a cidade de Brasília, Distrito Federal e sede do governo do DF (nota do autor).

(2) Obs.: A expressão *Belle époque* tropical refere-se ao período vivenciado, no Brasil e/ou América do Sul, uma série de movimentos artísticos e comportamentais cosmopolitas sob influência da França, de onde o movimento *art nouveau* se espalhou, após o fim da guerra Franco-Prussiana em 1870, gerando outros movimentos nas artes, como o impressionismo, o fauvismo, expressionismo; na moda, a *haute couture* etc., simultaneamente a um período de industrialização, desenvolvimento da vida urbana, dos transportes públicos (bondes, trens, automóveis), da eletricidade e tecnologias de comunicação, fotografia, cinema, o disco, o rádio, a impressão a cores etc., ciclo encerrado, na Europa, com a Grande Guerra, em 1914. O início da tardia *belle époque* no Brasil em geral tem como marco a queda do 2º Império, em 1889, e seu fim tardio em 1922, com a Semana de Arte Moderna, que deu início ao período modernista (Nota do autor; Needell, 1993; Feijão, 2011).

sua raridade num tempo de emergência da própria Capital paulista como metrópole industrial de relevância no país.

Iniciativa particular, o levantamento de Bandeira Júnior tem sido usado por historiadores, a despeito da pouca informação disponível sobre o autor: o site da Biblioteca Mário de Andrade, da Capital paulista, disponibiliza o original digitalizado na entrada “Obras Raras sobre São Paulo, 1736-1934”, informando tratar-se do “primeiro trabalho de vulto publicado sobre a indústria paulista, que teve seu início no final do século XIX, a partir da grande imigração italiana”³. O prefácio é assinado por Antônio de Toledo Piza, então diretor da Repartição de Estatística do Estado de São Paulo, que o enaltece como sendo o “estudo mais completo, mais compreensivo, que até hoje se tem feito desse assumpto entre nós” (Bandeira Junior, 1901). Como já apontado por outros autores, o levantamento de Bandeira Júnior não é completo (Marson, 2012, p. 481-511) e teve por base o recenseamento geral das indústrias paulistas elaborado justamente pela Repartição de Estatística do Estado, a partir do qual o autor listou 145 empreendimentos, os quais visitou e coletou os seguintes dados: data de fundação, número de máquinas e de funcionários, se brasileiros ou estrangeiros e a produção realizada no ano da pesquisa, entre outros dados. Entre elas, estão as citadas fábricas de roupas prontas, todas situadas na capital do estado, fundadas num período de emergência do segmento.

Em pesquisa referencial sobre industrialização no Brasil, Suzigan confirma a escassez de dados sobre o desenvolvimento da indústria do vestuário, para além dos existentes sobre importações de máquinas de costura industriais, com base nos quais supôs que o segmento teria dado seus primeiros passos entre fins da década de 1860 e início de 1870; e, mais fortemente, a partir de 1882, ponderando: “No entanto, deve-se notar que outras indústrias estavam introduzindo máquinas de costura no seu processo produtivo para a fabricação de chapéus, calçados, tapeçaria e artigos de decoração etc.” (Suzigan, 1986, p. 110)⁴.

Daí a importância dos registros legados por Bandeira Junior, reconhecida também por Maleronka (2007, p. 38), pelo fato de ele ter percorrido pessoalmente os estabelecimentos de sua amostragem, já que seu propósito era compor um painel abrangendo “todas as faces da indústria” paulista, de modo a atestar o “elevado grau de desenvolvimento que ella tem attingido neste Estado”, único do país (sic) que “mantém estabelecimentos fabris em todos os ramos” e que já seria mais industrializado que a própria Distrito Federal: “[...]depois de S. Paulo, a localidade mais industrial da República” (Bandeira Junior, 1901).

(3) Cf. Bandeira Junior (1901). Obs.: Do autor, ver o panfleto republicano assinado com o pseudônimo Flag Junior: *Considerações sobre a crise financeira e o elemento servil*. Rio de Janeiro: Typ. União de A. M. Coelho da Rocha & C., 1884. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221753>. Acesso em: 10 mar. 2023. Ver ainda: Decreto de n. 8.710, de 17 de outubro de 1882, do governo federal, que lhe o concede privilegio de uma linha de carris de ferro entre Santa Cruz e o Porto de Sapetiba; e Decreto n. 1.240, de 3 de janeiro de 1891, que autoriza a pedido de Bandeira Junior a “Cooperativa Suburbana”, de “commercio de generos alimentícios”, com sede na capital federal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-8710-17-outubro-1882-545935-publicacaooriginal-59420-pe.html>. Acesso em: 10 mar. 2023.

(4) O autor indica na página 75 que as estimativas sobre exportações de máquinas e equipamentos industriais para o Brasil basearam-se em dados dos principais supridores desses equipamentos ao país, a saber: Grã-Bretanha, EUA, Alemanha e França.

Na introdução, informa ter enfrentado dificuldades na obtenção dos dados – queixa que também seria compartilhada por pesquisadores da própria “Repartição de Estatística” do Estado (idem). Ele enfatiza a importância da “imigração italiana” para o arrojado industrial paulista, estado que contaria então com cerca de 50 mil operários, “entre homens, mulheres e crianças” (Bandeira Junior, 1901, p. XIII). Vale salientar, neste ponto, a forma naturalizada e justificada com que menciona o uso da mão de obra infantil:

É considerável o número de menores, a contar de 5 anos, que se ocupam em serviços fabris, percebendo salários que começam por duzentos réis diários; mas, mais do que isso, tem esses menores a vantagem, de adquirir hábitos de trabalho, aprendendo um ofício que lhes garante o futuro, ao passo que não aumentam a falange dos menores vagabundos que infestam esta Cidade (idem).

Adentrando o “assumpto de tecidos e fiação”, o autor descreve dezenove fábricas localizadas no território paulistano, muitas equipadas com máquinas ainda a vapor (Quadro 1) – até porque, vale realçar, a implantação de redes elétricas não havia sido iniciada na Capital paulista.⁵

Quadro 1
Fábrica de tecidos no Estado de São Paulo; 1901

	Razão social	Localização	Fundação	Produção	Trabalhadores
1	Fábrica de Tecidos de Algodão Sta. Maria	Sorocaba, SP	1865	650 mil metros/ano	“Nacional: 39 homens, 46 mulheres, 19 meninos. Estrangeiros: 9 homens, 11 mulheres, 9 meninos”.
2	Fábrica de Tecidos a Vapor São Luiz	Itu, SP	1873	400 mil metros/algodão grosso, 360 mil metros/fazendas finas, 20 mil metros/brim xadrez, 40 mil metros/enfestado, 40 il/toalhas	“Nacional: 28 homens, 36 mulheres, 26 meninos. Estrangeiros: 6 homens, 2 mulheres, 1 menino”
3	Fiação e Tecidos da Cia. Industrial de São Paulo	São Paulo, Capital, Centro	1877	12 mil metros/dia	300 operários
4	Fábrica de Fiação e Tecidos Nossa Sra. da Ponte	Sorocaba, SP	1881	150 mil metros de tecido grosso/ano	Superior a 200 operários
5	Fábrica de Fiação e Tecidos São Martinho	Tatuí, SP	1881	não informado; (obs: “Algodões brancos, grossos e finos: Cassinetas, oxfords casemiras, riscados, toalhas, etc, sendo o maior consumo neste estado”)	300 operários
6	Grande Fábrica de Tecidos Mont-Serrat	Salto de Ytu (atual Salto), SP	1882	1 milhão e 350 mil metros/ano	“Nacional: 22 homens, 36 mulheres, 19 menores. Estrangeiros: 19 homens, 25 mulheres, 20 menores”
7	Fábrica de Tecidos e Fiação Anhaia	São Paulo, Capital, Bairro Bom Retiro	1886	mais de 3 milhões de metros/ano	“11 nacionais: 6 homens, 2 mulheres, 1 menor; 301 estrangeiros: 58 homens, 168 mulheres e 75 menores”
8	Fábrica E. Dell'Acqua & Comp.	São Roque, SP (obs.: filial em Osasco fábrica tecidos de algodão e lã (cobertores e tapetes)	1891	média de 10 mil metros/dia	400 operários “na maioria estrangeiros”.
9	Fábrica a Vapor de Fiação e Tecelagem Taubaté Industrial	Taubaté, SP	1891	150 quilos de fios/ano; 36 mil dúzias de camisas, 3 mil dúzias de meias; (obs: “Tecidos de meia em geral”)	“Nacional: 27 homens, 39 mulheres, 119 menores. Estrangeiros: 4 homens, 10 mulheres, 9 menores”
10	Votorantim – Estamparia e Alvejaria	Sorocaba, SP	1894	450 mil metros/mês	150 operários (“de ambos os sexos”)

Continua...

(5) Em 1905 foram instaladas as primeiras lâmpadas elétricas da Capital paulista, na rua Barão de Itapetininga, contratadas com a *The São Paulo Tramway, Light and Power Company Ltda.*; dois anos depois, foram iluminadas as ruas do “triângulo” formado pelas ruas Direita, 15 de Novembro e São Bento, com 50 lâmpadas de arco fechado. História da Iluminação, *Prefeitura Municipal de SP*. (Nota do autor). Dados disponíveis em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/obras/ilume/historia/index.php?p=312>. Acesso em: 7 mar. 2023.

Quadro 1 – Continuação

11	Fábrica de Tecido de Seda de Guilherme Polletti & Comp.	São Paulo, Capital, Bairro Vila Prudente	1895	cita em valores: “de oitenta a cem contos, atualmente” (obs.: “fitas, cordões, gregas, franjas, botões, bordas, pompons, tapetes, cobertores, cortinas, galões e tecidos para roupas de senhoras”)	150 operários
12	Fábrica a Vapor de Tecidos “São Paulo”/Ranzini	São Paulo, Capital, Bairro Belenzinho/Braz	1897	“15.000 metros de casemira, 3.000 chales, 2.000 palas”	“Nacionais: 1 homem, 6 mulheres, 1 menor; estrangeiros: 12 homens, 10 mulheres, 2 menores”
13	Fábrica de Tecidos Sta. Rosalia	Sorocaba, SP	1900	10 mil metros/dia (“algodão nacional”)	350 operários (“de ambos os sexos”)
14	Fábrica de Tecidos e Fiação Silva, Seabra & Comp.	São Bernardo do Campo, SP	1900	6 mil metros/dia; (obs.: “Toalhas de linho. Charles. Brim S. Bernardo. Riscado Vencedor. Aostra etc.”)	não informado
15	Fábrica de Tecidos Bergnan, Kowarick & Comp.	São Bernardo do Campo, SP	1900	2.400 metros/dia (obs.: “O Brim Alhambra só pelo tacto se distingue da boa casemira, tal seu aspecto”)	não informado
16	Fábrica de Tecidos a Vapor Jupiter e Fortuna	Salto de Ytu (atual Salto), SP	1ª 1880, 2ª 1883	5 milhões e 400 mil metros/ano; (obs.: “Algodãozinho, riscado, zefhir, brins”)	400 operários “sendo dois terços estrangeiros”
17	Fábrica de Tecidos de Antonio Alvares Pentecado	São Paulo, Capital, Bairro do Brás; duas unidades, de aniagem e lã	aniagem, 1889; lã, 1898	aniagem: 20 milhões de metros/ano; lã: 800 metros/dia	aniagem: 800 operários “entre homens, mulheres e creanças (moças e rapazes), quasi todos italianos”; unidade de lã, 130 a 150 operários “de ambos os sexos”
18	Regoli, Crespi & Comp. Fábrica de Tecidos de Lã, Algodão e Meia	São Paulo, Capital, Bairro da Moóca	não informa	não informado (obs.: “brins de algodão; riscados superiores; chalés de lã; colchas; faxas para crianças, camisas de meia de lã e algodão, brancas pretas e de cores; bem como camisas para ciclistas; cache nez de lã; saias de lã, toalhas felpudas, meias, fio de escossia e de lã, sem costura”)	280 a 300 operários (“conforme a urgência”)
19	Fábrica de Tecidos de Meia Jacarehy – Ferraz, Fortes e Comp.	Jacareí, SP	não informado	40 mil dúzias de meias e camisas de meia	“36 homens, 27 mulheres, 17 menores, todos nacionais”

Fonte: Bandeira Junior (1901). Adaptado pelo autor.

O segmento têxtil só alcançou expressão no Brasil na segunda metade do século XIX, a despeito de estudos terem apontado que uma manufatura têxtil caseira teria se disseminado no país já desde fins do século XVIII, o que permite equiparações temporais, ainda que não em extensão e volume, com as “fases iniciais da chamada protoindustrialização têxtil europeia” (Libby, 1997, p. 97-125). De acordo com Stain, Salvador (BA) e seus arredores tomaram a dianteira chegando a abrigar, em 1866, cinco das nove fábricas existentes no país, todas produzindo tecidos grossos de algodão. Na mesma época, a Inglaterra, à frente no contexto europeu, já possuía “mais de 3 mil fábricas de tecidos, contando com 11.250.000 fusos e empregando cerca de 600 mil operários” (Stein, 1979, p. 50). Em 1882, havia, em todo o Brasil, 48 têxteis, 33 das quais localizadas no Sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais) (Prado et al., 2012, p. 37).

Em relação aos têxteis fabricados, confirma-se a predominância do algodão grosso, mas também há referências a “fazendas finas”, “brins”, “cassinetas” [tecido de lã fino], “Oxfords” [tecido de algodão usado em uniformes], “casemiras” [ou casimiras, tecidos de lã com trama em sarja usados para ternos, saias etc.], “zefhir” [ou zefhyr/zefir, tecido leve e transparente em algodão] etc. Há referências, também, a produtos finais, como: toalhas, cobertores, chales, *cache nez* (cachecóis), tapetes, fitas, cordões, gregas, franjas, bordas, pompons, cortinas, palas, galões etc.; duas fábricas indicaram produzir peças vestíveis como: “camisas de meia de lã” [ou seja, camisetas de malha], uma delas também produzindo “saias de lã” e “meias”, denotando que adentravam o segmento da roupa pronta.

No quesito máquinas e equipamentos, o setor dependia inteiramente “das indústrias de máquinas da Grã-Bretanha, França e Estados Unidos, assim como de técnicos para supervisionar

instalação e fazer manutenções” (Stein, 1979, p. 50). Vários autores demonstraram que as têxteis algodoeiras registraram aumento expressivo de capital “quase uma quadruplicação” (Versiani et al., 1975, p. 37), com o surgimento de novas grandes fábricas no período do chamado Encilhamento [1889 a 1892, início da República], movimento especulativo cujos efeitos benéficos teriam se restringido ao Rio, sem alcançar Minas Gerais (Oliveira, 2012, p. 65) ou São Paulo. Na primeira década do século XX, ainda se produziam no Brasil principalmente tecidos de algodão, cujas fábricas já se espalharam por quase todos os estados, seguidos pelos de juta – voltados ao setor agrícolas – e por tecidos de lã, especialmente no Sul, seda e linho, nestes casos poucas fábricas.

Retornando a Bandeira Júnior, seu ufanismo regionalista sugere que São Paulo estaria à frente no país no setor têxtil, em 1901, o que não é corroborado pelo relatório “Brasil e suas riquezas naturais”, publicado oito anos depois e ainda indicando à frente, em número de estabelecimentos de fiação e tecelagem, o Distrito Federal, com 670 estabelecimentos fabris, e, no segundo posto, o Estado de Minas Gerais, com 531; São Paulo figurava àquela data em terceiro lugar, com 326 fábricas, mantendo-se bem à frente de Minas, no entanto, em indicadores como capitais investidos, valores de produção e número de operários (Tabela 1), o que indicava uma pulverização das fábricas mineiras em manufaturas menores, sem capacidade de produzir grandes volumes. Ainda segundo o relatório do Centro Industrial do Brasil (CDI), o setor têxtil seria a principal indústria do país, perfazendo 40,32% do capital industrial investido, 23,07% da produção geral e empregando 34,24% da mão de obra operária (Centro Industrial do Brasil, 1909, v. III. p. 268).

Tabela 1

Indústrias têxteis por estado de acordo com número de estabelecimentos, capital, produção (em contos de réis)* e número de operários; Brasil, 1909 **

Estados	Estabelecimentos	Capital*	Valor da produção*	Operarios
Districto Federal	670	169.989:045\$	223.928:542\$	35.243
São Paulo	326	127.702:191\$	118.087:091\$	24.186
Rio Grande do Sul	314	49.205.919\$	99.778:820\$	15.426
Rio de Janeiro	207	86.195.457\$	56.001:868\$	13.632
Pernambuco	118	58.724:355\$	55.206:293\$	12.042
Paraná	297	20.841:000\$	33.085:200\$	4.724
Minas Geraes	531	27.750:342\$	32.919:649\$	9.555
Bahia	78	27.643:200\$	25.077.962\$	9.964
Pará	54	11.483:000\$	18.203:000\$	2.539
Sergipe	103	14.172:858\$	14.811:105\$	3.027
Santa Catharina	173	9.674:000\$	14.144:410\$	2.102
Amazonas	92	5.484:000\$	13.962:000\$	1.168

Continua...

Tabela 1 – Continuação

Estados	Estabelecimentos	Capital*	Valor da produção*	Operarios
Alagôas	45	10.787:887\$	10.366:310\$	3.775
Maranhão	18	13.245:250\$	6.840:332\$	4.545
Matto Grosso	15	13.650:000\$	4.450:000\$	3.870
Parahyba	42	5.367:751\$	4.387:912\$	1.461
Rio Grande do Norte	15	6.913:000\$	3.086:485\$	2.062
Cerará	18	3.521:000\$	2.915:100\$	1.207
Goyaz	135	1.617:000\$	2.476:500\$	868
Piauhy	3	1.310:878\$	1.192:975\$	355
Espírito Santo	4	298:000\$	578:500	90
Total	3.258	665.576:663\$	741.536:108\$	151.841

Fonte: Centro Industrial do Brasil (1909, v. III, p. 268). Adaptada pelo autor.

(*) O real (réis, no plural) foi a unidade monetária utilizada do período colonial até 5 de outubro de 1942, quando foi substituído pelo cruzeiro. Como não era fracionável em centavos, predominou o uso do termo réis. Na longa temporalidade em que a moeda real circulou a inflação corroeu, lentamente, seu valor, de modo que no início do século XX o uso dos “mil-réis” (ou mirréis) era comum, seguido pelo “conto” de réis (derivado do latim *computus*), indicando um milhão de réis (Rs 1:000\$000), ou seja, um conto de réis correspondia a mil vezes um mil-réis (Rs 1\$000) (nota do autor).

(**) Os autores da Tabela relatam dificuldades na obtenção dos dados que a compõem junto às empresas e estimam que “a produção aparece diminuída na nossa estatística” (p. 256).

Os dados da Tabela 1 referentes a São Paulo ressaltam, por outro lado, a incompletude do levantamento de Bandeira Júnior, que não deve ser tratado como levantamento estatístico completo, já que menciona apenas 19 estabelecimentos, contra os 326 registrados pelo CDI – apenas oito anos depois. É notória a ausência na relação de têxteis com trajetórias relevantes, em atividade em 1901, caso da Fábrica Carioba, de Americana, SP, iniciada ainda em 1875 (Neves, 2019, p. 61), entre outras do Vale do Paraíba (Ricci, 2002, p. 9), como a Fábrica Sto. Antônio, fundada em 1875, em São Luiz do Paraitinga (panos grossos) ou a CTI, de 1891, em Taubaté (morins, cretones e riscados).⁶ Novamente, vale enfatizar, tais discrepâncias não invalidam o interesse pelo estudo, que deve ser analisado criticamente, compreendendo-se as dificuldades logísticas, metodológicas e conceituais enfrentadas pelos pesquisadores da época, quando a atividade estava em formação. Lembrando que o trabalho de Bandeira Junior foi referendado pelo próprio diretor da Repartição de Estatística de São Paulo. Em particular, são de valia as anotações gerais e detalhes legados pela obra acerca das fábricas visitadas.

Sobre acessórios, são relacionadas apenas cinco fábricas de calçados e sete de chapéus, igualmente pioneiras e importantes no contexto da indústria de transformação, todas com fundações anteriores ao final da década de 1860. Pelo levantamento do Centro Industrial do Brasil (CDI), de

(6) Para mais informações, ver: Primórdios das têxteis (Prado et al., 2012, p. 37-46).

1909, produtos como gravatas de seda, calçados, luvas, chapéus e bolsas estavam entre as 30 “principaes mercadorias do mais largo consumo, produzidas pela indústria nacional” (O Brasil..., 1909, p. 261). Segundo Suzigan: “O calçado era quase inteiramente feito à mão. [...] Considerável progresso parece haver sido alcançado [...] no final do século XIX. [...] No final da década de 1920, [...] estava em uma condição florescente” (Suzigan, 1986, p. 176-190). Ou seja, parte expressiva do consumo interno de acessórios já era atendida pela indústria nacional, como veremos, mas com esta procedência “quasi sempre occultada”, como ocorria também com vários tecidos:

Com certeza a quase totalidade da população está convencida que só usa chapéus ingleses e francezes, quando eles só entram no paiz, como os demais estrangeiros, no valor de 1.900 contos, enquanto os nacionais são produzidos no valor de mais de 15.000 contos; muita gente acredita que em geral só calça sapatos e botinas estrangeiras, quando os que entram no paiz [...] não ultrapassam o valor dos 980 contos e o calçado nacional é produzido em mais de 26.000 contos⁷.

Por sua vez, as fábricas de roupas prontas existentes em São Paulo (Quadro 2), apesar de em número reduzido, surpreendem pelas datas de fundação, confirmando a antiguidade do segmento no estado e no país. A mais antiga seria a *Grande Oficina de Paramentos*, iniciada em 1877, seguida por *Au Bon Diable*, de 1878 e *J. M. Carvalho & Comp.*, de 1896.

Quadro 2
Fábrica de vestuário pioneiras, na Capital de São Paulo

Início	Nome comercial	Fundador/ sócios 1901	Razão social	Produtos	Endereço	Oficinas e máquinas	Importação	Trabalhadores
1877	Grande oficina de paramentos	José Augusto da Silveira /o mesmo	–	Habitos eclesiásticos. Roupas de anjos. Fardas e uniformes. Paramentos e ornamentações para templos e capellas.	não especificado	Officinas de bordados a ouro, prata, seda, etc. De dourar, pratear e nickelar objetos de metal	[...] Paramentos em geral e fazendas proprias para suas confecções	Operarios - 20, homens e mulheres nacionaes
1878	Au Bon Diable	Julio Block / Julio Block, Felix Block, Gastão Alvarez, João Tapier	Block Frères & Comp.	[...] cortam sob medida e fazem roupas para homens e meninos	Rua José Bonifácio, 34 e Rua Direita, 47, 49, Centro, SP.	[...] diversas machinas dos mais afamados auctores	[...] importam tecidos de todas as qualidades além dos que consomem fabricados no Estado	[...] em número variado
1885	Augusto Rodrigues & Comp.	Boaventura de Sá / Augusto Rodrigues & Comp.	Augusto Rodrigues & Comp.	–	Rua de S. Bento, 17 e 19, Centro, SP	1 motor do systema - Otto. 1 machina de cortar mil peças de roupa por hora	Secção de importação de fazendas de todas as prodencias	Superior a 200 pessoas
1888	Braga & Comp.	José Fernandes Braga Junior / o mesmo e Osorio Braga	Braga & Comp.	–	Rua do Commercio, 21, Centro, SP	Machinismo necessario	Fazendas e artigos necessarios as confecções	200 pessoas
1888	Hermínio Ferreira & Comp.	Hermínio Ferreira e Martinho Bouchard / Hermínio Ferreira, João A. Ferreira e Alfredo Duprat	Hermínio Ferreira & Comp.	–	Rua S. Bento, 63, Centro, SP	1 motor. 1 machina de cortar	De fazendas em grande escala	250 e às vezes mais operarios
1893	Samartino & Marrano	Conde Marrano & Comp. / Samartino & Marrano	Samartino & Marrano	–	Largo de S. Bento, n. 1, Centro, SP	Machinismo necessario	Importação de fazendas em grande escala	200 pessoas
1896	J. M. Carvalho & Comp.	Carvalho, Irmãos e Comp. / José Maria de Carvalho, José S. Moreira	J. M. Carvalho & Comp.	Roupas grossas para homens, em grande quantidade	Rua Florêncio de Abreu, 36, Centro, SP	–	–	–

Fonte: Bandeira Junior (1901). Adaptado pelo autor.

(7) Centro Industrial do Brasil (1909, v. III. p. 263).

Hobsbawm situou o período de maior incremento desta indústria, nos EUA, por volta de 1850 e, no Reino Unido, perto de 1890, então já para atender às camadas médias (Hobsbawm, 1978, p. 87). Não deixa de ser relevante, portanto, constatar a existência de fábricas de vestuário no Brasil em um período em que tais negócios ainda firmavam mesmo nos maiores centros industriais do mundo; e quando a própria indústria têxtil era ainda iniciante por aqui. Os dados oferecem detalhes curiosos sobre estes empreendimentos pioneiros, pelos quais se constata, não sem razão, seu porte tímido, comparados aos congêneres de países centrais. Por exemplo, a citada Grande Officina de Paramentos era, apesar do nome, um negócio privado de José Augusto da Silveira dedicado à produção de artigos religiosos, como vestes e acessórios eclesiásticos; mas também fazia “fardas e uniformes”. Com apenas 20 operários, “homens e mulheres nacionais”, é dentre as empresas citadas a que mais se aproxima das antigas oficinas artesanais, aspecto, ademais, comum às protoindústrias do período, que operavam entre a manufatura e a fábrica semimecanizada, ainda que as demais apresentassem maior porte, com destaque, em contingente da mão de obra, para a Herminio Ferreira & Comp., com “250 e às vezes mais operários” (Bandeira Júnior, 1901, p. 200). Em média, tinham cerca de 200 trabalhadores, número bem distante dos contingentes das grandes confecções inglesas de então, a exemplo da fábrica de John Barran, em Leeds, Inglaterra, que empregava, em 1904, três mil pessoas. (Godley, 2006, p. 46-63).

No que diz respeito às relações trabalhistas, vigoravam as disposições do mercado: “De fato, o que se viu na indústria de confecção foi um renascimento do trabalho em domicílio, largamente disseminado na virada do século” (Maleronka, 2007, p. 141). Ainda que houvesse maiores ou menores agravantes de acordo com os contextos regionais, a legislação sobre direitos do trabalhador foi precária no Brasil da implantação da República até a Revolução de 1930⁸, expondo a mão de obra a relações aviltantes, em prejuízo também das pesquisas históricas sobre o tema, devido à ausência ou incompletude dos registros sobre a relação capital-trabalho no país. Uma das poucas leis trabalhistas então em vigor era o Decreto n. 1.313, de 1891, que não proibia, mas regulamentava o trabalho para jovens entre 12 a 18 anos⁹ (Nascimento, 2011, p. 50).

Nas referências de Bandeira Junior a “machinarios” disponíveis nas fábricas, estranha não haver menção a quantidades e marcas de máquinas de costura, subentendidas em expressões como “diversas machinas” e “machinismo necessário”, em referência a pelo menos três delas. Tomando, ainda, o Reino Unido como referência, após a introdução das máquinas de costura, por volta de 1890, o *ready-to-wear* cresceu substancialmente naquele país (Godley, 2006, p. 46-63). No caso paulista, há pelo menos duas referências de Bandeira Júnior ao uso de uma máquina de cortar tecido, caso da Hermínio Ferreira & Comp., que dispunha de “1 motor, 1 machina de cortar” e da Augusto Rodrigues & Comp., com “uma machina de cortar mil peças de roupas por hora”. O maquinário usado tanto pelas têxteis quanto pelas fábricas de vestuário era importado já que a indústria nacional de máquinas e equipamentos (metal-mecânica) existente se voltava ao setor agroexportador. Especificamente na

(8) A Constituição de 1934 foi a primeira a estabelecer leis trabalhistas de âmbito nacional referentes a questões como liberdade sindical, salário mínimo, jornada diária de oito horas, repouso semanal, férias anuais remuneradas, proteção ao trabalho feminino e infantil, isonomia salarial etc. (Nota do autor).

(9) Em 1912, foi fundada a Confederação Brasileira do Trabalho (CBT), no 4º Congresso Operário Brasileiro, dando início à luta operária; em 1919, foi criada a Organização Internacional do Trabalho (OIT), pelo Tratado de Versailles, tendo o Brasil como signatário; o salário mínimo, todavia, só foi estabelecido no país pela Lei n. 185, de janeiro de 1936, regulamentado pelo Decreto Lei n. 399, de abril de 1938.

província de São Paulo, a partir de 1870, o segmento cresceu acoplado ao desenvolvimento agrícola, já que...

[...] os principais produtos fabricados neste período foram máquinas para processar e beneficiar café e arroz, moinhos de farinha e máquinas para a fabricação de açúcar. Algumas das empresas da indústria metal-mecânica se tornaram, no final do século XIX, grandes fabricantes de máquinas agrícolas, motores a vapor, caldeiras e turbinas, como a Mac Hardy, Lidgerwood e Arens (Marson, 2012).

Também no caso das matérias-primas utilizadas pelas fábricas de vestuário, o próprio Bandeira Júnior indica a importações de tecidos “em grande escala” ou “de todas as qualidades, além dos que consomem fabricados no Estado”, sugerindo que as têxteis locais não conseguiam suprir a demanda, especialmente no tocante aos tecidos mais sofisticados, a despeito de, na introdução da obra, o autor jactar-se da boa qualidade dos tecidos paulistas, afirmando que só “parte” da matéria prima era importada, sem especificar quantidades:

Desde o tecido grosseiro denominado riscado de algodão, ao mais delicado brim, imitação casemira, aqui se fabrica. [...] O producto nacional, dia a dia, vai afastando o produto estrangeiro. Quarenta por cento do consumo de bordas, pon-pons, cordões, franjas, gregas, alamares, reposteiros, colchas, etc., etc., etc., é (sic) de artigos paulistas. [...] As fabricas de espartilhos para senhoras foram premiadas na ultima exposição internacional de Paris. Ninguém usa luvas de pelica, que não sejam aqui manufacturadas (Bandeira Júnior, 1901, p. XXVII).

Os exemplos citados se restringem a acessórios e aviamentos; ainda a despeito da incompletude dos dados levantados por Bandeira Júnior, chama atenção o fato de as fábricas de vestuário elencadas situarem-se todas na região central da Capital, duas delas na rua São Bento e uma na rua Direita, vias que formavam, com a XV de Novembro, o célebre “Triângulo Comercial” elegante de São Paulo na *belle époque*, onde se podiam contar 37 empreendimentos dedicados ao vestuário, entre alfaiatarias, modistas, casas de tecidos a metro, de roupas prontas e de acessórios:

Nada se igualou, no Triângulo, à quantidade de oficinas e lojas voltadas para o ramo do vestuário. O tecido foi o produto que primeiro se desenvolveu na indústria da província, embora a fabricação local de tecidos tenha-se restringido, por muito tempo, a panos de algodão destinados à sacaria para produtos agrícolas e a roupas de trabalhadores (Barbuy, 2006, p. 172).

Os tecidos e as roupas prontas importados provinham, principalmente, da Inglaterra e da França. Houve diversas casas voltadas exclusivamente à venda de tecidos – ou de “fazendas”, como se dizia –; mas, também, estabelecimentos que abrangiam uma diversificada gama de artigos de vestuário e acessórios, geralmente subdivididas por gênero, incluindo a roupa pronta e, também, sob medida.

A ascensão da roupa feita

Apesar de várias dentre as fábricas de vestuário pioneiras – a exemplo das citadas por Bandeira Júnior – terem se dedicado à produção de roupas de trabalho seriadas, ao longo da *belle époque* tropical, uma parte expressiva das confecções e comércio de roupas se dedicava a produtos endereçados às camadas médias e altas e, portanto, de preços mais elevados. Os dados disponíveis

não permitem, infelizmente, que se possa estimar volumes e retornos financeiros relacionados aos negócios focadas em cada camada social, mas é de razão óbvia que os produtos mais sofisticados envolviam custos assim como preços finais mais altos, com ganho maior por peça, assim como os produtos populares impunham preços unitários menores e ganho por volume de vendas. Neste segundo caso, predominavam as peças de trabalho, assim como também peças masculinas já de produção massiva (camisas principalmente), enquanto que as roupas femininas, devido à mencionada complexidade das peças, eram, em maior parte, feitas sob medida por costureiras ou modistas, estas últimas com frequência estrangeiras¹⁰.

O esboço da cena industrial aqui traçado busca vislumbrar a emergência de um segmento orientado por demandas desiguais, refletindo as distâncias entre classes as camadas sociais características de uma economia periférico, em que o...

[...] consumo aparece como instrumento legitimador das posições sociais atingidas e sua fonte é principalmente externa porque é daí que vêm os artigos de luxo, fonte da diferenciação. [...] Se, por um lado, os artigos internos [nacionais] são menosprezados pela elite, por outro lado, eles são a fonte de um princípio de massificação (Oliveira, 2012, p. 15).

Em se tratando de uma elite que aspirava sentir-se europeia, as lojas voltadas a tal fatia de mercado eram batizadas com nomes similares ou idênticos aos de casas parisienses, ainda que sem vínculo com as mesmas. Tivemos, por exemplo, na capital paulista, casas que se denominavam *Louvre*, *Au Printemps*, *À Pygmalion*, *Au Paradis des Enfats*, *Au Bon Diable*, *À la Ville de Paris*, *Au Bon Marché*, *A la Belle Jardinère* etc., muitas com lojas também no DF. Não apenas os nomes eram copiados da França, como também as peças nelas vendidas eram importadas ou copiadas de originais franceses, estabelecendo uma prática que retardou o desenvolvimento da criação de moda local que perdurou por décadas e ainda vigora em muitas confecções brasileiras. Também era comum o uso de termos e mesmo de diálogos em francês nos recintos das lojas. Um comentário de Bandeira Junior, na introdução, mostra que o preconceito com o produto nacional era tal que se tornara comum disfarçá-los “com etiquetas em inglês e francês”, para serem “vendidos como productos dessas nações!”

Muita gente, prefere pagar duas vezes mais do que pagaria, só porque a etiqueta diz falsamente, que o chapéu é estrangeiro! [...] Se o comprador souber que o chapéu é nacional, embora lhe custe 60% menos, não o querará! (Bandeira Júnior, 1901, p. X).

Confirma este comportamento um trecho das crônicas de Jorge Americano compiladas em *São Paulo Naquele Tempo*, sobre uma senhora fazendo compras, em 1908, no Centro de São Paulo:

Entraram na Casa Alemã: – Deixa ver aquela fazenda ali em cima, faz o favor. Não! Não é essa, a outra... Desceu o caixeiro com a peça da fazenda. Desenrolou, amassou com a mão e esticou para mostrar que não vincava. – É estrangeira? – Não, é nacional. – Ah, não serve. O senhor acha que vou comprar fazenda nacional? – Temos estrangeira. – Ah, isso sim. – É que a senhora não

(10) Entre as casas voltadas à moda feminina sob medida, havia na região do Triângulo: *Casa Henrique Bamberg*, *Grande Maison de Couture* (de Mme. A. Oppenheim, que já fora *A la Ville de Paris* e *Casa J. Tallon*); *Casa Paiva*, *As Duas Cidades*, *Casa Hamburguesa*, *Casa Lemke*, *A Favorita*, *Ao Mundo Elegante*, *Casa Bonilha*, *Palais Royal*, *Hubmayer*, *Casa Sloper*, *Casa Enxoval*, além da *Casa Alemã*, e das casas de diversas modistas (Barbuy, 2006, p. 189).

tinha avisado. – Mas não era preciso avisar; eu não estou fazendo compras para as criadas. – A senhora me desculpe (Americano, 1957, p. 80).

O próprio “Triângulo” comercial que se instalou no Centro da capital paulista foi constituído à imagem e semelhança do comércio europeu, guardadas as devidas proporções, sendo possível deduzir que as fábricas de roupas pioneiras ali situadas estavam voltadas, ao menos em parte, a este público. Num contexto de incremento da publicidade e do sistema da moda sediado em Paris, a confecção seriada de roupas cresceu e se expandiu, viabilizando a cada etapa preços mais acessíveis às camadas médias, processo que na Europa ocorreu já na segunda metade do século XIX, Paris à frente: ainda em 1848, antes mesmo da entrada no mercado das máquinas de costura, a Cidade Luz já contava com 109 confeccionistas realizando 30 milhões em negócios, contra 45 milhões para os alfaiates (Boucher, 2010, p. 83). A mecanização que se seguiu viabilizou impulso ainda maior ao segmento. Todavia, “[...] esse tipo de mercadoria [– a roupa pronta –,] de início, não era aceito pelas classes ricas [na Europa] e era malvisto também pelas próprias corporações de alfaiates, como concorrente grosseiro, que competia pela rapidez das máquinas de costura recém-inventadas, mas não pela qualidade” (Barbuy, 2006, p. 179).

Já por volta de 1880, este quadro se alterava e as confecções europeias passaram a investir em produtos de maior qualidade, estendendo seu mercado às camadas médias e parcialmente às altas, também pela praticidade da compra imediata. No Brasil, a industrialização seguiu temporalidades e sentidos diversos: “Embora tenha havido, também, o comércio de roupas feitas para consumo popular [...], a *Bon Diable* [como a Casa Allemã] alinhou-se logo entre as casas mais *chics* da cidade, exatamente por oferecer, à disposição do público masculino, roupa feita... francesa” (Barbuy, 2006, p. 179). *Au Bon Diable* também possuía sua própria fábrica de roupas, descrita por Bandeira Junior:

Em diversas machinas dos mais afamados auctores, cortam sob medida e fazem roupas para homens e meninos, para o que importam tecidos de todas as qualidades alem dos que consomem, fabricados no Estado. Alem dos operarios que, em numero variado, trabalham nas oficinas, esta fabrica fornece trabalho a domicilio, a um numero consideravel de famílias (Bandeira Júnior, 1901, p. 171).

Fundada em 1878¹¹ – segunda mais antiga entre as pesquisadas pelo autor – *Au bon diable* tinha suas instalações fabris na rua José Bonifácio, 34, e loja na rua Direita, 47/49, a duas quadras uma da outra. Não era um magazine, mas desfrutava de bom prestígio; o fundador, Julio Block, patriarca do clã Bloch-Frères, judeus franceses provenientes da região da Alsácia-Lorena¹², tornara-a uma referência elegante aos paulistanos, “casa única no seu gênero no império do Brasil”, mantendo sua própria “casa de compras em Pariz, na Rue Joubert, 45” – informa anúncio de 1884, publicado no Almanaque para 1884. A desenvoltura de *Au Bon Diable* nacional pode ser medida pela variedade de “reclames” em veículos do período, como o Estado de S. Paulo e o Correio Paulistano, que forneciam detalhes sobre seus produtos e estratégias de venda, como o corte “sob medida” e “trabalho

(11) Aparecem como sócios da razão social Block Frères & Comp. Julio Block (fundador), Felix Block, Gastão Alvarez e João Tapier (Bandeira Junior, 1901 p. 202).

(12) Vários dentre os comerciantes que atuavam no Triângulo Comercial paulistano (como os Levy, Hertz, Frères, Cohen e Dreyfus) eram, como os Block judeus provenientes da “onda imigratória judaica conhecida como “imigração alsaciana, que chegou ao Brasil no rastro das revoluções de caráter democrático e nacionalista que varreram a Europa central e oriental, em 1848 – a Primavera dos Povos – e a Guerra Franco-prussiana, 1870-1871, que resultou na anexação da Alsácia-Lorena pela Alemanha” (Falbel, 2012, p. 34-36).

a domicílio”, importando parte dos produtos comercializados “directamente da Europa”¹³, tais como “*rayon* especial para artigos de banhos de mar”¹⁴, então, uma novidade. A marca da loja trazia a figura de um diabo alado¹⁵ despejando roupas masculinas por uma cornucópia, a sugerir fartura, como a que aparece em versão colorida na edição da Revista Industrial para a Exposição Universal de Paris de 1900: “Humanizado como aqui se apresenta, porém, está longe de levar à condenação da concupiscência, sendo tratado, ao contrário, de forma positiva através do humor” (Barbuy, 2006, p. 177). A figura do bom diabo vinculada à loja já parecia em anúncio de 1887, publicado no jornal “A Redenção, Folha abolicionista comercial e noticiosa”, acompanhado de texto similar ao que constava em folheto volante da loja, reforçando a produção de roupa pronta íntima e masculina:

Au Bon Diable. Casa especial de roupa feita franceza e nacional para homens, rapazes e creanças. Neste estabelecimento encontrar-se-á tudo o que é preciso em roupa feita sendo: Costumes completos, Sobretados [sic], Rondes, Sobrecasacas, Fracs, Casacas, Jaquetas, *Chambres*; Sobretudos e *Cavours* impermeáveis de borracha e Guarda-po. Como também um grande e variado sortimento de roupa branca, senão: Camisas de linho, de meia, de flanela; Ceroullas de Cretone trançada e linho; meias brancas e de cores; Gravatas de Seda da ultima moda¹⁶.

Outro anúncio destaca que a loja fornecia produtos para o “Seminário Episcopal e dos principiães collegios da província”¹⁷: A marca Au Bon Diable ficou na memória de muitos paulistanos ao longo de décadas como signo de roupa masculina:

No inverno, um menino de qualquer idade, abaixo de 12 anos, usaria meias compridas e *cavour*, ou capote com capuz. Ou blusa à marinheiro, de lã branca ou vermelha e calças compridas, azuis. Aos 12 ou 13 anos, no Natal, ou aniversário, ganhava a

(13) *A Redenção, Folha abolicionista, comercial e noticiosa*, anno I, n. 2, São Paulo; redactor-chefe Dr. Antonio Bento, São Paulo, 6 de jan. 1887, p. 4.

(14) *Rayon*, palavra francesa, significa raio ou seção de loja/biblioteca, sentido em que a está empregada na frase, sem relação, portanto, com o nome genérico *rayon* dado também à primeira fibra sintética usada para a fabricação de seda artificial, desenvolvida a partir de celulose vegetal no final do século XIX, mas tendo ganhado esta denominação em 1824. Entre 1884 e 1885, a fibra *rayon* foi criada a partir da nitrocelulose pelo químico britânico Joseph Wilson Swan. Um produto de emprego efetivamente comercial só foi efetivado em 1889 pela indústria francesa Hilaire Bernigaud, com início de fabricação em 1891, ainda envolvendo processos caros e perigosos. Simultaneamente, em 1890, o francês Louis-Henri Despeissis patenteou outro método para fabricar fibra sintética a partir do cupramônio; em 1908, a empresa têxtil alemã J. P. Bemberg produziu industrialmente esta fibra, com o nome de seda Bemberg. Um terceiro método surgiu ainda em 1891, inventado por químicos britânicos, permitindo formar fibras de alta tenacidade industrializadas, após 1905, pela Samuel Courtauld & Company, com o nome de Viscose. O sucesso da fibra de celulose se deve às propriedades elásticas e textura da fibra, que se assemelha às do algodão ou da seda. Ganhou emprego na fabricação de tecidos usados pela indústria do vestuário e, também, de borrachas, feltros, cordões e celofane. Encyclopaedia Britannica / Article History. Disponível em: <https://www.britannica.com/technology/rayon-textile-fibre>. Acesso em: 14 maio 2018.

(15) Houve casas com nomes similares, em Paris, originários de romances populares como *Le Bon Diable* (sob Napoleão), *Le Diable Boiteux* e mesmo *Au bon diable* – esta última uma rede com lojas em Paris e diversas cidades francesas, igualmente voltada a vestuário masculino, tendo sido fundada em 1896 (posterior, portanto, à homônima brasileira) e encerrada em 2017 (Boudet, 2017; Barbuy, 2006, p. 221).

(16) Folheto volante *Au Bon Diable*; sem origem; c/d 1900 Disponível em: https://lista.mercadolivre.com.br/julio-bloch-so-paulo-propaganda-antiga_NoIndex_True. Acesso em: 9 maio 2018.

(17) Correio Paulistano, editor-gerente: Joaquim Roberto de Azevedo Marques; escriptorio e typographia, Rua do Imperador, n. 10, São Paulo, 19 de nov. 1889, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/090972/per090972_1900_13093.pdf. Acesso em: 15 maio 2023.

primeira roupa de homem, do Bon Diable ou de Ville de Paris (Americano, 1957, p. 283).

A relação direta entre fabricação e comércio foi estratégica para o sucesso de muitos empreendimentos voltados à roupa pronta; também na Europa, muitas confecções estavam vinculadas a magazines. A loja de Au Bon Diable tinha estrutura física acanhada se comparada a magazines franceses¹⁸, mas atraía atenção com suas inovações na divulgação. Por volta de 1889, confundiu a clientela com a novidade dos m

anequins que expôs perfilados e vestidos com peças de roupas variadas, aos quais os fregueses, “com toda cortesia iam dando bons dias ou boas tardes!” (Cavalcanti et al, 2004, p. 124). Sua trajetória assemelhava-se a congêneres dos maiores centros brasileiros que, desde metade do século XIX, ofertavam tecidos, aviamentos e roupas prontas importados e de confecção nacional, além de utilidades para o lar; a exemplo também, no Distrito Federal, da Notre Dame de Paris, A Brasileira, O Barateiro, Casa Colombo, Casa Raunier e Parc Royal e, na Capital paulista, da Casa Allemã e Mappin Stores, entre outras. (Prado et al, 2012, p. 50):

Foram muitas as casas de ‘roupas feitas’ (*tout fait* ou *prêt-à-porter*) voltadas para o público masculino, sendo que as alfaiatarias diversas existentes até o final do século XIX foram cedendo lugar, aos poucos e parcialmente, a estes estabelecimentos mais complexos, entre os quais lojas-oficinas de confecção de roupas brancas (roupas de baixo) e camisarias¹⁹ (Barbuy, 2006, p. 174).

Outra casa de vestuário pronto paulistana de sucesso foi a alfaiataria Aux 100.000 Paletots, que assim se denominava em 1887, ampliando seu nome para Aux 600.000 Paletots alguns anos mais tarde; foram ainda bem-sucedidas a Belle Jardinère, Casa Tallon, Camisaria Colombo, Casa Berge, Camisaria Modelo (depois Mascote), Casa Carlos, Casa Kosmos, Casa Carnicelli, Ao Preço Fixo, Camisaria Especial e Companhia Augusto Rodrigues. Esta última consta na relação de Bandeira Junior, sendo também mencionada por Barbuy: “[...]a partir de 1909, passou a ocupar quatro lotes contíguos (n. 13 a 19 [da rua São Bento]), com proporções de estabelecimento manufatureiro e armazéns de tecidos importados” (Barbuy, 2006, p. 174, 183). Em resumo, fica esclarecido que, quanto ao modelo de negócio, duas dentre as sete fábricas de vestuário paulistas pioneiras voltavam-se a produtos para as camadas altas; dentre as demais, uma produzia vestes eclesiásticas e a J. M. Carvalho & Comp., localizada na rua Florêncio de Abreu, 36, fabricava “roupas grossas para homens, em grande quantidade” (Bandeira Junior, 1901, p. 149) – ou seja, dedicava-se a vestuário para trabalhadores. Para as três restantes, não foram explicitados produtos e/ou clientela, sendo provável que se voltassem a roupas masculinas, de trabalho e/ou uniformes, de maior demanda no período. Os uniformes profissionais eram uma novidade, a exemplo dos trajes para cozinheiros, cocheiros, enfermeiros, faxineiros, padeiros, foguistas (que cuidavam das fomalhas) etc. Trata-se de um

(18) Lojas que imitavam magazines europeus, no Brasil: Notre Dame de Paris, A Brasileira, O Barateiro, Casa Colombo, Casa Raunier e Parc Royal, no Rio de Janeiro; Casa Allemã e Mappin Stores, em São Paulo. Ofertavam tecidos, aviamentos e roupas prontas importadas, além de terem seções para casa e utilidades (Prado et al., 2012, p. 50).

(19) Sobre Ao Preço Fixo, o nome “fazia referência ao moderno sistema de vendas por valores pré-fixados, inventado pelas grandes lojas estrangeiras da segunda metade do século XIX. Antes delas, nas pequenas butiques, tudo era extremamente personalizado: a entrada tinha que ser consentida pelo proprietário, sempre presente, e os preços eram convencionados entre as partes no momento das tratativas. Entrada livre e preço fixo representaram uma revolução nos métodos comerciais e foram associados à modernidade” (Barbuy, 2006, p. 181).

vestuário de trabalho mais elaborados, com o propósito de identificar ou hierarquizar serviços em suas posições devidas ou vestir profissionais autônomos, expressando higiene, racionalidade e modernidade. Não devem ser, portanto, enquadrados no segmento das roupas de trabalho rústicas voltadas a trabalhadores das indústrias e lavouras.

Como indicam vários autores, o motor da indústria paulista, como da brasileira em geral, foi o agronegócio primário-exportador, caso do economista Wilson Cano, que desenvolveu pesquisas sobre as assimetrias entre as economias regionais do país, destacando que a importância que a “reprodução diferenciada do capital cafeeiro paulista” teve no processo de acumulação nacional, até os anos 1930. (Cano, 1975, p. 9). A cafeicultura de exportação teria, segundo este autor, movimentado os demais segmentos da economia e a indústria nacional, em particular a de base (máquinas e equipamentos, com foco no beneficiamento de café) e a manufatureira em geral, com destaque para a têxtil: “[...] antes da Crise de 1929, em São Paulo já se concentrava grande parte (37,5%) da indústria brasileira com estrutura diversificada [...]” (Cano, 1981, p. 43).

O contexto nacional

Segundo o Censo de 1901, o Brasil era majoritariamente rural, habitado por cerca de 11 milhões de pessoas, ante uma população total de 17.801.245, da qual apenas uma pequena parcela compunha a elite formada majoritariamente por latifundiários agroexportadores, seguidos de empresários do comércio, serviços, setor financeiro e industriais emergentes; a camada intermediária acomodava os funcionários públicos, pequenos produtores e comerciantes, profissionais liberais etc.; a ampla base desta pirâmide social era ocupada por trabalhadores igualmente locados em atividades rurais, seguidos pelo operariado, serviços de toda ordem e por aqueles que Karl Marx chamou de *lumpem*, subproletariado ou exército de reserva, grupo expressivamente formado por negros. Apesar da urbanização crescente em curso no período e décadas seguintes, até 1940 entre 60% e 76% da população nacional habitava áreas rurais, contra pouco mais que 30% em áreas urbanas, situação que só começaria a se inverter na década de 1950 (Censo Demográfico/IBGE, 1940).

Também industrialização do país se dava, em termos regionais, de forma bastante desigual, com maior concentração na região Sudeste, como já era possível constatar pelo “Mapa Geral das Indústrias do Brasil”, incluído em “O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias”, v. III, de 1909. Ele elencou 97 produtos fabricados industrialmente no país, entre os quais selecionamos 25 relacionados a vestuário, sendo que apenas dois de forma direta: roupas brancas e espartilhos (Tabela 2). Os demais, além dos têxteis, eram acessórios ou produtos usados na elaboração de roupas, como alfinetes, passamanaria etc. Observa-se ainda que, do total de 592 fábricas operando no Brasil, a maior parte se concentrava no Distrito Federal (233), seguindo por São Paulo (63), Rio Grande do Sul (54), Minas Gerais (41), Rio de Janeiro (31), Goiás (25) e Bahia (23); os demais estados contavam menos que duas dezenas de fábricas.

Tabela 2
Mapa das Indústrias do Brasil – produtos têxteis, de vestuário e acessórios, 1907/1909

Indústrias	AL	AM	BA	CE	DF	ES	G0	MA	MG	MT	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RS	SC	SP	SE	Total BR	
Alfinetes					2																	2
Bonés					1																	1
Botões					1																	1
Calçados	7		3		57		11		2		3	2		7	1		9		9	8		119
Chapéus de lã, lebre etc.			1		15				1		1	2			1		13		12			46
Chapéus-de-sol	1	3		1	15						2							2				24
Chapéus para senhoras					37																	37
Espartilhos		2			7											1		1				11
Flores artificiais		1			21		2								1		6		1			32
Formas para calçados					3																	3
Grampos e colchetes					1									1								2
Gravatas					8												2		1			11
Jóias		2			5		6										6		1			20
Luvas			1		4												2		2			9
Malas e bolsas etc.		9	1		8				1		3					1	3		1			27
Passamanarias					1																	1
Pentes de chifre					1												1		1			3
Roupas brancas			4		9		6				1	1					3	2	5			31
Tecidos de algodão	5		12	6	15	1		12	36		1	6	4	5	19	1	2	12	23	1		161
Tecidos de arminá*																				1		1
Tecidos de juta			1		1			1	1			2			1		1		2			10
Tecidos de lã					5										2		5		3			15
Tecidos de linho					1										1							2
Tecidos de seda															2		1	1	1			5
Tamancarias					15											3						18
Total geral	13	17	23	7	233	1	25	13	41	0	11	13	4	13	31	3	54	18	63	9		592

Fonte: Centro Industrial do Brasil (1909), v. III – Indústria de transportes, indústria fabril; Subvolume Mapas Estatísticos da Indústria Fabril (p. 150). Adaptada pelo autor.

(*) Aramina é o nome popular de uma planta da família das Malváceas, cujas fibras são utilizadas na confecção de tecidos grosseiros, cordas e tapetes.

Neste cenário de fábricas pioneiras, chama atenção a relevância do Rio Grande do Sul, que historicamente sempre se destacou no segmento, com 23 têxteis de algodão, 12 fábricas de chapéus, 9 de calçados e cinco de roupas brancas, entre as quais estava a Rafael Guaspari e Irmãos Ltda., que marcou a história do Estado, surgida em 1896 por iniciativa de imigrantes italianos como uma alfaiataria sob medida, expandindo-se, a partir dos anos 1910 para se tornar uma confecção de roupas prontas masculinas com distribuição nacional, tendo aberto mais tarde um grande magazine “que marcou a identidade porto-alegrense nas décadas de 1950 a 1970” (Gomes, 2011). Também iniciada na belle époque tropical e ainda dominante no segmento de vestuário nacional, a A. J. Renner & Cia. foi criada em 1912 pelo descendente de alemães Antônio Jacob Renner, inicialmente produzindo capas de chuva em pura lã da marca Ideal. Já em fins da década de 1920, tornou-se a maior indústria de fiação e tecelagem do Rio Grande do Sul, também fabricando vestuário masculino sob o *slogan*:

“Roupas Renner: a boa roupa, ponto por ponto” (Renner, 1952/2000, p. 26 a 31)²⁰. Ainda no Sul do país, em Santa Catarina, outra pioneira do vestuário nacional foi fundada em 1880, em Blumenau (SC): a Hering, que em seu início se dedicou exclusivamente às peças em malha de algodão, tais como camisetas, ceroulas e meias²¹.

Ainda dentre as marcas nacionais pioneiras longevas, cabe citar a Fábrica Brasileira de Alpargatas e Calçados, criada em 1907 pelo escocês Robert Fraser em sociedade com empresa de capital inglês, que antes teve unidades implantadas na Argentina e no Uruguai, sempre objetivando a fabricação de lonas enceradas da marca Locomotiva, além de calçados rústicos em lona com sola de juta, destinados a camponeses – as Alpargatas Roda²². Ou seja, produtos industriais voltados à vasta população rural do Brasil. Somente depois de finda a Segunda Guerra Mundial é que a Alpargatas lançaria seu primeiro produto de vestuário: as calças rústicas da marca Rodeio, com poucas variações de modelos confeccionados em lona de algodão tipo *denin*, similares às das calças rurais norte-americanas.

Por meio de anúncios publicados em revistas do início do século XX é possível identificar, a grosso modo, diversas outras marcas de confecções de vestuário e acessórios que tiveram importância no mercado interno apenas por algumas décadas, a exemplo das camisarias Ypiranga e Progresso; da confecção de coletes JPJ, dos colarinhos Marvelle, das meias Mousseline e Visettim, dos sapatos Clark e Fox, além de diversas marcas de chapéus, com destaque para a Ramenzoni – que teve considerável fama naquele período em que o item era de uso disseminado (Prado et al., 2012, p. 53).

Avançando na análise dos dados estatístico nacionais disponíveis, a Tabela 3, a seguir, apresenta a mesma relação de produtos da tabela anterior, mas de acordo com a mão de obra, capital empregado e valor de produção. Nela, podemos observar o registro de uma solitária fábrica de botões (DF), no vasto território nacional, além de duas de alfinetes (DF), onze de gravatas, nove de luvas etc.; a única classificação elencada que tem direta relação a vestuário é “Roupas brancas”, que somava, no país, 31 unidades, sendo 9 localizadas no DF, 6 em Goiás, 5 em São Paulo, 4 na Bahia e 3 no Rio Grande do Sul – confirmando, de todo modo, o pioneirismo e, mesmo, a expressão que este segmento específico já alcançava, então.

(20) Ver: Lojas Renner S.A. *Histórico*. Disponível em: https://www.lojasrennersa.com.br/pt_br/institucional/historico. Acesso em: 4 abr. 2023.

(21) *Hering – História*. Disponível em: <http://www.ciahering.com.br/novo/pt/empresa/historia>. Acesso em: 19 maio 2023.

(22) Alpargatas ou alpercatas são um tipo de sapato de origem árabe que chegou à Europa com a invasão da Península Ibérica e se tornaram conhecidas como sapato espanhol, feita originalmente com solado de crina de cavalos ou fibras vegetais, como o cânhamo (*Cannabis sativa*), o que predominou até por volta de 1830, quando foi introduzido o sisal, fibra originária do México, e a juta, originária do Japão (Alpargatas, 1987, p. 12, 13).

Tabela 3
Resultados gerais do inquérito industrial, segundo produtos; Brasil, 1907

Produtos industriais	Estabelecimentos	Operários	Capital empregado em contos de réis	Valor da produção em contos de réis
Total para 97 produtos	3.258	151.841	665.977	741.536
Alfinetes	2	35	188	161
Bonés	1	12	6	15
Botões	1	150	160	250
Calçados	119	7.379	10.117	26.727
Chapeus de lã, lebre etc.	46	3.105	10.417	15.384
Chapéus-de-sol	24	195	3.221	3.729
Chapéus para senhores	37	163	1.398	1.727
Fiação e tecelagem de algodão	161	45.942	234.428	135.026
Fiação e tecelagem de aramina	1	200	1.500	630
Fiação e tecelagem de juta	10	3.489	15.799	22.390
Fiação e tecelagem de lã	15	1.957	14.848	11.375
Fiação e tecelagem de linho	2	160	1.230	648
Fiação e tecelagem de seda	5	244	965	1.042
Flores artificiais	32	432	694	1.338
Formas para calçados	3	46	75	220
Grampos e colchetes	2	74	80	190
Gravatas	11	689	1.003	2.320
Luvas	9	89	288	468
Passamanaria	1	28	45	96
Pentes de chifre	3	93	210	484
Perfumarias	17	382	1.460	2.082
Roupas brancas	31	2.218	3.151	6.299
Subtotal (itens selecionados)	533	67.082	301.283	232.601

Fonte: Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. edição revista e atualizada do v. 3 de Séries Estatísticas Retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p. 381. Obs.: Adaptada pelo autor a partir da Tabela 7.1 composta por 97 produtos, dentre os quais foram selecionados os relacionados a vestuário, acessórios itens outros relacionados à confecção de roupas.

A própria caracterização do que eram “fábricas de roupas prontas” constituía um obstáculo, pelo fato de os empreendimentos serem, em grande parte, de pequeno porte, familiares, ou por estarem vinculadas a comércios, produzindo em seriação, muitas vezes, simultaneamente a peças sob medida, comportamento que perdurou por décadas. Ainda do volume III de *O Brasil e suas riquezas natuaraes, suas industrias* extraímos a Tabela 4, que apresenta dados mais detalhados apenas sobre o Distrito Federal e São Paulo, as duas regiões então mais industrializadas do país, de modo a compará-los, confirmando a dominância do DF, mas já indicando o avanço paulista, em produtos relativos à tecelagem, vestuário e acessórios.

Tabela 4
Indústrias têxteis, de vestuário e acessórios; Brasil 1907/1909

Indústrias	DF	SP	Brasil	Operários
Calçados	57	8	119	7379
Chapéus de lã, lebre etc.	15	12	46	3105
Chapéus para senhoras	37	0	37	163
Espartilhos	7	0	11	148
Gravatas	8	1	11	680
Jóias		1	20	167
Luvas		2	9	80
Passamanaria	1	0	1	28
Roupas brancas	9	5	31	218
Tecidos de algodão	15	23	161	45942
Tecidos de aramina*	0	1	1	200
Tecidos de juta	1	2	10	3489
Tecidos de lã	5	3	15	1957
Tecidos de linho	1	0	2	160
Tecidos de seda	0	1	5	244
Subtotal (itens selecionados)	156	58	474	63960

Fonte: Centro Industrial do Brasil (1909), v. III – Indústria de transportes, indústria fabril; Subvolume Mappas Estatísticos da Indústria Fabril. Dados coletados em 1907, publicados em 1909, p. 150 Adaptada pelo autor.

(*) Aramina é nome popular de planta da família das Malváceas, cujas fibras são utilizadas na confecção de tecidos grosseiros, cordas e tapetes. ** O total apurado pela pesquisa, realizada em 1907, para todo o país foi de 3.258 estabelecimentos industriais.

Especificamente em estabelecimentos têxteis, São Paulo somava 30 fábricas, superando o Distrito Federal, com 22; em ambos os casos, com destaque para os tecidos de algodão. Sobre vestuário, constam 5 fábricas de roupas brancas, para SP, contra 9 no DF. No segundo caso, vale notar que o levantamento fica um pouco abaixo do realizado por Bandeira Junior, para vestuário, seis anos antes. Não deixa de ser curioso o registro de 7 fábricas de espartilhos ativas no Distrito Federal, contra um total de 11 no país, por se tratar de um produto de moda voltado, principalmente, às senhoras das camadas mais altas e que já entra em desuso naquela década – não é por acaso que sua fabricação se concentrava no principal o centro político e financeiro de uma Nação que seguia os modismos de vestir europeus com atraso. Seguindo a mesma lógica, chapéus e tecidos de lã, luvas, gravatas e outros produtos sofisticados tinham fabricação mais expressiva na região Sudeste.

Outra fonte disponível de dados sobre o período é o inquérito realizado pela Directoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio, em 1912, resgatado pela publicação Séries estatísticas retrospectivas do IBGE²³, que contém tabela que com dados retrospectivos da indústria têxtil e de vestuário no país a partir de 1848, somando um total de 4.654 fábricas relacionadas a produtos do vestuário (Tabela 5), ante um total de 9.475 estabelecimentos industriais existentes no país – ou seja, 49,21% do total seria vestuário. Observa-se, no entanto, que

(23) Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Os organizadores observam que: “A Directoria Geral de Estatística [...] fez distribuir, em 1912, por intermédio de seus agentes fiscais, um questionário a todos os fabricantes de produtos tributados pelo Imposto de Consumo. Obtiveram-se dados relativos a 9.475 estabelecimentos distribuídos em todas as unidades da Federação” (idem, p. 327).

os produtos elencados nesta classificação são acessórios e não roupas prontas, novamente colocando em questão os conceitos usados por estas pesquisas mais remotas, seja quanto ao gênero como em relação ao porte dos negócios. Usando esta fonte, os elaboradores da compilação Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. v. 3,²⁴ da qual a tabela a seguir foi extraída, alertam para a dificuldade, constatada já desde os primórdios dos estudos estatísticos no país:

Reconhecia-se que “nem sempre foi fácil aos agentes recenseadores adotarem a mesma norma para inclusão ou exclusão de certas empresas no arrolamento censitário” [Diretoria Geral de Estatística (1927, p. IV)]. Esse problema conceitual provocou, aliás, uma grande discrepância entre os números referentes à mão-de-obra industrial nos Censos Industrial e Demográfico de 1920: enquanto o levantamento demográfico indicava cerca de 980 000 pessoas envolvidas na produção de manufaturas, no Censo Industrial o total correspondente era de apenas 350 000. Tudo indica que a razão da diferença foi a contagem de alfaiates e costureiras na mão-de-obra industrial, no Censo Demográfico (Fishlow, 1972, p. 325)²⁵.

Somente a partir de 1920 as atividades fabris passaram a ser abrangidas pelos censos nacionais, denotando nosso atraso industrial²⁶; dados anteriores provêm dos inquéritos industriais realizados ocasionalmente, como os de 1907 (publicado em 1909) e este de 1912.

Tabela 5
Resultados gerais de inquérito industrial, segundo os gêneros de indústria – 1912 (parcial)

Gêneros de indústrias	Subgêneros	Até 1848	1850 a 1869	1870 a 1889	1890 a 1909	1910 a 1913	Sem data	Total fábricas / 1912	Capital/ 1912	Força motriz (HP)/1912	Empregados/1912
Indústrias Têxteis											
Indústrias Têxteis	Tecidos (1)	1	4	46	92	51	4	198	295.503	76.558,80	73.179
Ind. Vestuário											
	Chapéus (4)	0	4	14	133	192	0	343	13.382	1.885,30	4.843
	Bengalas/chapéus-de-sol	1	4	7	73	43	0	128	4.072	6,00	650
	Calçados	1	3	84	1.942	2.117	36	4.183	26.049	1.957,00	20.372
Total geral		3	15	151	2240	2403	40	4852	339.006	80.407,1	99.044

Fonte: Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual do v. 3 de Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. (1) Fiação e tecelagem de algodão, de lã, de linho, de juta e obras de passamanaria (fitas, cadarços, tranças, rendas e bordados). (4) Chapéus de feltro, de lã e de palha, bonés, chapéus para senhoras. Adaptada pelo autor.

(24) Obs.: São eles: Flávio Rabelo Versiani (Departamento de Economia/ Universidade de Brasília (UnB); Claudio Monteiro Considera (Diretoria de Pesquisas e Inquéritos (DPI/IBGE) e José Guilherme Almeida dos Reis (DPI/IBGE).

(25) *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. 2. ed. rev. e atual do v. 3; Séries Estatísticas Retrospectivas. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p. 325.

(26) Obs.: Antes tivemos o Censo Geral do Império (1872), primeiro da história do Brasil, que registrou 10 milhões de habitantes no país (15,24% dos quais escravizados); o de 1890, primeiro da República; seguido pelo de 1900 e o citado Censo de 1920 (Nota do autor).

A Tabela 6, a seguir, contém dados interessantes do primeiro Censo Industrial completo, realizado em 1920, sobre as “Indústrias do vestuário e toucador”;²⁷ estabelecendo um paralelo com estatísticas do Censo de 1907. Por sua vez, a Tabela 7 é específica sobre itens não incluídos no Censo de 1907 e contempla o número de estabelecimentos existentes, assim como o valor da produção para a classificação “Roupas para homens”, produtos de fato caracterizáveis com vestuário e que começavam a ganhar expressão no contexto da indústria manufatureira do país.

Tabela 6
Indústrias do vestuário e toucador arroladas nos inquéritos censitários; Brasil, 1907 e 1920

Indústrias	Unidades		Capital		Operários		Valor da produção	
	1907	1920	1907	1920	1907	1920	1907	1920
Chapéus e bonés	47	114	10.423:000\$	25.649:743\$	3.117	4.269	15.399:200\$	41.895:000\$
Chapéus para senhoras	37	109	1.398:000\$	1.563:579\$	163	608	1.727:000\$	3.703:352\$
Roupas brancas	31	134	3.151:000\$	11.771:118\$	2.218	5.138	6.298:500\$	27.602:372\$
Coletes para senhoras	11	26	458:000\$	398:519\$	148	111	879:000\$	1.053:916\$
Gravatas	11	16	1.003:000\$	1.744:100\$	689	208	2.320:000\$	3.383:264\$
Flores artificiais	32	25	694:000\$	501:025\$	432	417	1.337:500\$	1.420:267\$
Luvas	9	5	288:000\$	396:100\$	89	66	468:000\$	796:209\$
Pentes e botões	4	8	370:000\$	1.231:899\$	243	483	734:000\$	2.803:527\$
Chapéus de sol e bengalas	24	66	3.221:000\$	2.986:853\$	195	224	3.729:000\$	8.414:054\$
Calçados (1)	119	1.319	10.117:000\$	49.247:477\$	7.379	14.814	26.726:900\$	140.512.310\$
Tamancos	18	99	273:000\$	903:961\$	134	483	679:400\$	2.589:010\$
Total	343	1921	31.396:000\$	96.394:374\$	14807	25.821	60.298:500\$	234.173:281\$

Fonte: *Recenseamento do Brazil*, Directoria Geral de Estatística, Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio; Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1927, p. XXVI. Adaptada pelo autor.

(27) Cabe esclarecer o termo “toucador” utilizado na classificação do Censo de 1920: o dicionarista Caldas Aulete define “produtos de toucador” como sendo: “Pomadas, águas aromáticas, sabonetes perfumados e outros ingredientes próprios de toucador e usados com o fim de conservar a frescura e beleza da pele, a cor dos cabelos, dos dentes etc.” Atualmente, o IBGE mantém uma classificação abrangendo justamente os produtos da indústria cosmética e de perfumaria. Todavia, não foi com este significado que o termo foi utilizado no Censo de 1920 (e, posteriormente, no de 1940), mas em sua antiga acepção derivada de “touca” e “tocado”, que pode ser encontrada em dicionários do século XVIII e XIX, como em Bluteau, no qual toucador quer dizer: “Receptáculo dos instrumentos & ornamentos com que se enfeita a mulher”; ou Moraes Silva: “Banca com os aparelhos de tocar a cabeça; a casa onde alguém touca a cabeça. Panno de atar a cabeça para conservar os cabelos com algum concerto quando se dorme”. Assim, entendemos “produtos de toucador”, neste caso, como sendo “acessórios de toalete”. É o que se depreende com a leitura do rol de subitens incluídos na classificação, explicitado no volume do Censo 1920: “VIII – Industrias do vestuario e toucador: 1 – Fabricação de chapéus de feltro; 2 – » » » panno e bonés; 3 – Fabricação de chapéus para senhoras; 4 – Fabricação de roupas para homens; 5 – Fabricação de camisas • roupas brancas; 6 – » » » coletes para senhoras; 7 – Fabricação de cintas, polainas, perneiras, pastas, bolsas e carteiras; 8 – Fabricação de gravatas; 9 – » » » flôres artificiaes e corôas; 10 – Fabricação de chapéus de sol e bengalas; 11 – Fabricação de calçados de couro; 12 – » » » chinellos de trança; 13 – Fabricação de tamancos; 14 – » » » tecidos elásticos; 15 – » » » luvas; 16 – » » » pentes e botões; 17 – » » » de capas de borracha” (Aulete, 1995, p. 466; Bluteau, 1712/1728. p. 223; Silva, 1813, p. 79).

Tabela 7
Indústrias do vestuário e toucador recenseadas em 1920 e não arroladas em 1907; Brasil, 1927

Indústrias	Unidades	Capital	Força motriz/HP	Operários	Valor produção/ano
Roupas para homens	38	3.037:164\$	126	909	8.426:849\$
Cintas, polainas, pastas, carteiras, bolsas e perneiras	20	561:820\$	5	138	1.222:983\$
Tecidos elásticos (suspensórios, ligas etc.)	6	1.478:330\$	231	333	1.846:093\$
Capas de borracha	3	172:181\$	0	47	532:354\$
Total	67	5.285:495\$	362	1427	12.028:279\$

Fonte: *Recenseamento do Brasil*, Directoria Geral de Estatística, Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio; Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1927, p. XXVI. Adaptada pelo autor.

Não apenas em reação a vestuário pronto, mas também em relação à indústria têxtil, a fabricação nacional foi tardia – especialmente em diversidade e qualificação dos produtos –, apesar da farta disponibilidade domestica do algodão matéria prima, como enfatiza Fishlow:

Embora já houvesse algumas fabricas desde 1850, a produção brasileira de tecidos de algodão, em 1885, estava limitada a cerca de 50 fabricas, com uma produção ligeiramente superior a 26 milhões de metros, a maioria dos tipos mais brutos. Esta produção representava pouco mais que 10 por cento do consumo nacional. Vinte anos mais tarde, a produção tinha aumentado dez vezes, tornando-se mais diversificada, e representava 60 por cento do consumo (Fishlow, 1972, p. 9).

A carência de têxteis nacionais a custos mais acessíveis certamente contribuiu para o atraso da indústria do vestuário, já que são partes da mesma cadeia. As têxteis nacionais teriam alcançado “dominação nacional” apenas por volta de 1919, conforme registrou o censo de 1920, em decorrência de “um processo em fases de substituição de importações e crescimento da renda” (Fishlow, 1972, p. 7). O chamado “choque adverso”, ou seja, a crise de desabastecimento no mercado internacional provocada pela Grande Guerra teria, conforme tese defendida, de primeira hora, pelo economista Roberto Simonsen, contribuído para estruturar uma indústria de tecidos de longo prazo, no país, particularmente a de algodão mais rústico voltado às roupas de trabalho e sacarias, para uso dos latifúndios agroexportadores:

A produção de tecidos de algodão em 1918 excedeu à de 1914 em 57%; mesmo calculando-se sobre a base mais elevada – 1911-1913 –, pois 1914 foi um ano de depressão, o aumento foi superior a um quarto. Não há dúvidas quanto a base da expansão. Ela se deveu quase inteiramente à substituição de importações que aumento a produção dos tecidos fornecidos internamente de menos de dois terços para 85% ao final da guerra. De maior importância imediata para os proprietários das fábricas foi o lucro decorrente dos grandes aumentos dos preços, que só foi possível devido à inflação dos tempos da guerra. [...] Grandes lucros em 1916 e 1917 foram uma consequência; acumulação de reservas para posterior compra de equipamento de capital foi outra (Fishlow, 1972, p. 19).

Como consequência possível do crescimento das têxteis, teria havido também um aumento na produção local de vestuário, também em substituição a produtos antes importados, tendo em vista

que as manufaturas têxteis e de vestuário tiveram, no Brasil, seu maior mercado nas monoculturas agrícolas. Tanto que, ainda em meados do século XVIII, chegaram a incomodar a coroa portuguesa, motivando o alvará de 1785, que restringiu a protoindústria têxtil na colônia, de modo a evitar concorrência com produtos da corte, limitando-a ao fabrico de “de panos grossos de algodão que serviam de vestimentas para escravos ou se empregavam nas sacarias” (Prado Junior, 2015, p. 237).

Assim sendo, entende-se por que motivo, já iniciando o século XX, a indústria têxtil nacional ainda se caracterizava pela rusticidade da maior parte dos seus produtos, sem capacidade de competir com as afamadas “fazendas” dos países europeus que, no entanto, “a despeito de sua bela aparência, deterioravam-se com facilidade” (Stein, 1979, p. 71). A ausência de planejamento e estratégias de incentivos governamentais às fábricas, carentes de maquinários e técnica para produzir fios e tramas mais sofisticados, alimentou a importação e entardeceu o florescimento de nossas têxtis e, mais ainda, da indústria de vestuário. Ambas só alcançaram volumes e qualificação por aqui após a Grande Guerra, quando se verificou um “surto industrial” no setor, concentradamente em São Paulo, conforme demonstra a Tabela 8 que permite observar a evolução nominal e porcentual no número de estabelecimentos, a cada década, em relação ao total da indústria de bens de consumo, até os anos 1980 (na década de 1930 o Cens não foi realizado)²⁸.

Tabela 8
Números absolutos e participação % do segmento “Vestuário, calçados e artefatos de tecidos”
em relação ao total da indústria de bens de consumo; Brasil, 1920 a 1980

Item/ano	1920	1940	1950	1960	1970	1980
Estabelecimentos / N° absoluto	1.988	3.218	5.076	7.637	8.613	15.338
Estabelecimentos (%)	14,9	6,5	5,5	6,9	5,2	7,2
Pessoal ocupado (%)	10,7	5,1	5	5,4	6,1	9,2
Valor da produção (%)	8,2	4,2	3,9	3,4	3,3	3,8

Fonte: Brasil, IBGE. Censos industriais de 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980. Obs.: Como já observado, em 1930 não houve censo industrial. Apud Abreu. Brasil, 1986, p. 104-105. Adaptada pelo autor.

Se, em relação aos números absolutos de estabelecimentos, a Tabela 8 demonstra ter havido um crescimento contínuo do segmento, a cada década, pela análise da evolução porcentual observa-se que o maior avanço se concentrou justamente na década de 1920, impulsionado pelo “choque adverso” da 1ª Grande Guerra, sendo mantido nas décadas seguintes, até os anos 1980, sempre em relação ao total da indústria de bens de consumo (ou indústria de transformação). Considere-se, ainda, que os estabelecimentos do setor “Vestuário, calçados e artefatos de tecidos”, nas primeiras décadas do século XX, abrangiam em maior parte unidades de pequeno porte, pouco mecanizadas e operando em nível domiciliar ou semidomiciliar. Fábricas de maior porte naquele período eram em menor número e estavam, em geral, vinculadas a lojas ou redes de comércio que matriciavam subcontratadas,

(28) Obs.: O IBGE informa sobre o Censo de 1930, ano da revolução que pôs fim à Primeira República e deu início à Era Vargas: “Dentro da periodicidade decenal dos censos brasileiros, prevista em lei, deveria realizar-se em 1930, por força do Decreto-lei n. 5.730, de 15 de outubro de 1929, o V Recenseamento Geral da população. Não obstante essa previsão, motivos, principalmente de ordem política, determinaram a sua não realização nesse ano”. Memória IBGE/Censos Demográficos. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/historico-dos-censos/censos-demograficos.html>. Acesso em: 23 maio 2024.

capitalizando os lucros. Maleronka chama a atenção para a dificuldade enfrentada pelos recenseadores para diferenciar a produção industrial de pequenas oficinas de alfaiates e costureiras no Censo de 1920, o que teria acarretado discrepâncias nos resultados finais, devido ao que: “Reconheceu-se, então, em 1927, [...] a adoção de uma definição mais precisa do que fosse produção de pequenas oficinas para os censos seguintes” (Maleronka, 2007, p. 145). Dimensionar tais “discrepâncias” é tarefa, todavia, inviável, pela ausência de outras fontes que servissem de base comparativa, e também já de pouca relevância.

Mais pertinente é ter em consideração que a indústria do vestuário e acessórios sempre esteve atrelada ao segmento têxtil por integrarem uma mesma cadeia de produção, cuja ponta extrema é o comércio que disponibiliza seus produtos finais vestíveis aos consumidores, crescentemente alicerçado, ao longo do século passado, por estratégias de sedução por meio da publicidade e propaganda, orientada pelo valor simbólico da “moda” então lançada a partir de Paris. Também no período, esta indústria vivenciou diversas inovações tecnológicas e gerenciais, visando sempre ampliar sua capacidade produtiva com atingir a maior gama possível de consumidores, com unidades fabris e produtos voltados a camadas sociais específicas.

Em termos regionais, quisemos focar aqui o período formativo deste segmento industrial no Estado de São Paulo, numa época em que o próprio segmento fabril se firmava no país, contribuindo para sua concentração no Sudeste, com o Distrito Federal à frente, ainda que tenha alcançado alguma expressão também no Sul do país. Em relação às características dos produtos fabricados, sempre com vistas a atender o mercado interno, em boa parte eles se voltavam às camadas altas e médias – caso de roupas íntimas, peças masculinas, uniformes etc. –, mas também tiveram importâncias as vestes rústicas utilitárias, voltadas a trabalhadores rurais. Num tempo de predomínio da roupa feita sob medida, os produtos vestíveis factíveis de ser produzidos de forma seriada foram aqueles que ofereciam maior facilidade de padronização, tais como as já citadas. Por exemplo, diversas camisarias masculinas se firmaram com produção seriada no período, voltadas ao público urbano, caso da Fábrica Paulista de Roupas Brancas, da capital paulista, que alardeava em suas campanhas uma verdadeira “revolução comercial” nos preços, viabilizada pela roupa pronta, conforme anúncio de 1929 na revista *Cine Modearte*:

[...] teve lugar no dia 28, às 16 horas, a inauguração oficial da Exposição de produtos da Fábrica Paulista de Roupas Brancas. Essa exposição demonstra que São Paulo possui, no gênero, a mais importante fábrica da América do Sul. Um *stock* superior a 5 mil contos de réis constituía a grandiosa exposição [...] Atualmente, está sendo realizada a sua ‘Quinzena do Povo’ na qual, para um exemplo dos preços em vigor, diremos: Veem-se lá excelentes camisas finas de tricoline por 9\$000. Ouvimos estrangeiros que nos visitam exclamarem: ‘Não existe no mundo uma fábrica que ofereça essas vantagens ao povo, e que realize, assim tão verdadeiramente, o princípio da fábrica diretamente ao consumidor (Apud Maleronka, 2007, p. 44)²⁹.

Campanhas similares foram promovidas nas décadas posteriores, sempre enfatizando “A marcha triunfal da revolução comercial” propiciada pela roupa pronta, com baixos preços:

(29) A Fábrica Paulista de Roupas. *Cine Modearte*, n. 34, São Paulo, jan. 1929. Maleronka indica como endereço da fábrica a Rua 25 de março, em 1929; anúncio já de 1940 indica outros dois endereços: Av. São João, 243 e Rua XV de Novembro, 184.

Victoriosa em São Paulo, a revolução commercial da Fabrica Paulista de Roupas Brancas installou a sua Filial provisoria [...] a fim de que o distincto Povo Santista participe da victoria da superioridade dos artigos e da esmagadora vantagem dos preços³⁰.

Na época, colarinhos e punhos eram vendidos à parte, conforme destacava a Fabrica Confiança do Brasil, que produzia “colarinhos, camisas, roupas brancas, artigos de cama e mesa pelo menor preço”³¹. Mesmo com o menor custo da roupa industrial, manteve-se, durante toda a primeira metade do século XX, entre as camadas médias, o costume de “manter uma costureira que trabalhava por dia, geralmente uma vez por semana, que supria a família de roupa caseira”. (Nacif, 2000, p. 169).

A popularização das roupas prontas voltadas às camadas médias e altas urbanas, principalmente, teve como principal propulsor, como já dito, o crescimento dos centros comerciais urbanos, compostos por lojas, magazines e, tardiamente no Brasil, pelas lojas de departamento, que passaram a ofertar, gradualmente, maior variedade de modelos a preços mais acessíveis, disseminando os sistemas de crediário, com técnicas de abordagem ao consumidor de acordo com o gênero; no caso das vestes femininas, calcadas nas novas tendências da moda; nas masculinas, a ênfase recaía na boa confecção, durabilidade ou praticidade das peças. Assim, já nas primeiras décadas do século XX, a classe média urbana entrou “[...] para a dinâmica do consumo de uma forma bastante original. Embora seus limites fossem ainda bastante fluidos, identificava-se pelo consumo de artigos de fantasia que imitavam os artigos de consumo de luxo” (Oliveira, 2012, p. 79). Ou seja, tivemos aqui uma imitação por camadas, em que as elites nacionais imitavam as elites europeias e as classes médias imitavam as elites locais.

O resultado foi a crescente popularização do vestuário pronto, sempre seguindo os processos de urbanização das capitais e cidades médias, que só se fortaleceu nas décadas seguintes aos anos 1920. Nos anos 1930, a oferta de roupas prontas cresceu expressivamente no mercado interno:

Em meados da década de 1920, não só aumenta de forma significativa a variedade de roupas prontas, como sua confecção ganha novo *status* com a expansão das lojas de departamentos, que apresentam um maior número de novidades, em especial no que diz respeito a peças de vestuário e aos acessórios de moda (Bonadio, 2007, p. 39-40).

Voltadas então às elites, as pioneiras Casa Allemã e Mappin Stores³², com sedes em São Paulo e Distrito Federal, eram especializadas na importação da moda feminina e peças de vestuário

(30) Fábrica Paulista de Roupas Brancas; jornal *A Tribuna*, 12 abr. 1931, p. 3. Disponível em Jornal Eletrônico Novo Milênio: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0350a1931.htm>. Acesso em: 3 de out. 2023.

(31) Jornal Tal escopo de produtos reflete um país marcado pela desigualdade social extrema, estruturado numa economia primário-exportadora, periférica e subordinada ao capitalismo europeu hegemônico. Não por outro motivo, as roupas seriadas voltadas à população mais abastada eram feitas com base em réplicas ou imitação de peças estrangeiras, inclusive com o uso de etiquetas falsas, de modo a satisfazer consumidores que se sentiam vinculados à cultura europeia. Não há registro, no período analisado, de políticas de governo que tivessem por objetivo estimular este segmento industrial específico, ou a valorização de estéticas nacionais nas vestimentas. Dom Quixote, n. 226, ano 5, Rio de Janeiro, 7 set. 1921, p. 6.

(32) Teve origem na Mappin&Webb, loja voltada a cristais, prataria e artigos finos instalada em Sheffield, Inglaterra, em 1774, pelas famílias homônimas. Em fins do século XIX, o Mappin&Webb abriu filial em Buenos Aires, Argentina; em 1911, inaugurou loja na Rua do Ouvidor, 100, Rio de Janeiro, que resistiu até 1960; no ano seguinte, 1912, abriu filial paulistana, na Rua 15 de Novembro, 26, sempre focando os produtos finos. A associação entre os ingleses da Mappin&Webb com seus conterrâneos Henry Portlock e John Kitching levou à criação, em novembro de 1913, da Mappin Stores, primeira loja de departamentos do grupo, situada no mesmo endereço da Rua 15 de Novembro. Em 1919, se transferiu para prédio de três andares na confluência das ruas Direita, São Bento e Quitanda. Desde de o

da Europa. As chamadas publicitárias destas casas para produtos voltados ao público feminino, enfatizavam, já nas primeiras décadas do século XX, o valor simbólico de moda. Não por outro motivo, foi no Mappin paulistano que se realizaram, em seu “salão de chá”, os primeiros desfiles de moda (ou “paradas de *modèles vivants*) de que se tem registro no Brasil, a partir de 1926, ocasiões em que foram apresentados à sua distinta clientela modelos trazidos de Londres e Paris de casas de alta moda, como Pateau, Drecoll, Lucien, Gaston etc., conforme anúncio daquele ano:

Insinuantes modelos de Pariz – Synthetizando o que há de mais bello, gracioso e notavelmente original para a risonha estação que se annuncia, fazemos por alguns dias – a começar de hoje – na sobreloja, uma interessantíssima exposição de *toilettes* de passeio, de baile e *soirée*. Nesta maravilhosa e selecta collecção, escolhida pessoalmente pela nossa eximia *première*, quando de sua recente excursão à Europa, figuram, com singular relevo, os mais famosos exemplares dos grandes costureiros de Pariz e certas criações de assegurado êxito de casas londrinas de prestígio (Idem, p. 89).

O magazine divulgava seu catálogo de moda também pelos Correios, indicando que, além de peças únicas de alta costura, comercializava peças prontas seriadas com a marca da casa, provavelmente material importado, em parte, assim como réplicas produzidas em suas oficinas, com preços mais acessíveis. Também a comunicação de massa se consolidava, no período, com ampliação das formas de veiculação, acrescida do cinema e do rádio, além dos meios impressos como jornais, revistas, cartazes, folhetos etc.

Considerações finais

Nas primeiras décadas do século XX, a expansão da vida urbana, da industrialização em geral e as tecnologias de comunicação impuseram novas estruturas organizacionais e hábitos às sociedades ocidentais, alterando as formas de viver e de vestir. Neste último caso, os excessos de peças sobrepostas, de recortes e de detalhes foi sendo, gradativamente, substituído por modelagens de *design* mais simples, especialmente nas vestes femininas, facilitando sua confecção e o uso. Neste processo, as modas de vestir foram também deixando de ser prerrogativas das elites (e do gênero feminino) para se “democratizarem”, por meio da roupa pronta e dos sistemas massivos de comércio, caso dos magazines, lojas de departamento etc. As capitais dos estados brasileiros tiveram papel relevante neste processo, com destaque para a Capital paulista, que passou a concentrar o maior núcleo de lojas, magazines e fábricas de roupas prontas no país, estas últimas localizadas em bairros como Bom Retiro, Brás e Mooca, o que justifica o destaque dado a ela na temporalidade pioneira enfocada neste artigo.

As roupas seriadas voltadas às elites eram aqui fabricadas a partir de réplicas ou imitações de peças estrangeiras, muitas vezes com o uso de etiquetas falsas, como estratégia para atender demandas de uma camada que buscava se vincular à cultura europeia pelo valor simbólico da moda. O

início teve seções de roupas prontas e chapéus femininos – importados da Europa –, além de oficina para ajuste de peças prontas vindas de Londres e Paris. Naquele prédio, foram realizados os primeiros desfiles de moda “com modelos vivos”, em 1926. Em 1929, o Mappin passou a vender pelo “crédito automático” e, em 1939, já com novos proprietários brasileiros, se transferiu para o edifício *art déco* de cinco andares que se tornou icônico da marca, na Praça Ramos de Azevedo, inaugurado com um desfile de moda no salão de chá do 4º andar, onde se manteve até o final, em 1999, quando fechou as portas já como uma loja popular conhecida pelas grandes liquidações (Nota do autor).

crescimento da roupa pronta viabilizou, de fato, maior acesso a todas as camadas sociais a itens de vestuário, toda via como um processo lento e consequente da ampliação dos negócios e deste mercado, havendo sempre distinção, estética ou pelas marcas do fabricante, entre os segmentos sociais atendidos. Não há registro, no período analisado, de políticas de governo voltadas especificamente para a indústria do vestuário, ou que valorizassem estéticas ou uma criação de moda nacional.

Referências bibliográficas

ABREU, Alice R. de Paiva. *O avesso da moda – Trabalho a domicílio na indústria de confecção*. São Paulo: Hucitec, 1986.

AMERICANO, Jorge. *São Paulo naquele tempo: 1895-1915*. São Paulo: Edição Saraiva, 1957.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. O algodão brasileiro na época da revolução industrial. *Revista América Latina em la Historia Económica*; v. 23, n. 2, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18232/alhe.v23i2.712>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BANDEIRA JUNIOR, Antonio Francisco. *A indústria no Estado de São Paulo em 1901 / Estudo de Antonio Francisco Bandeira Junior*. São Paulo: Typografia do Diario Oficial, 1901. 227p. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=livrossp&pagfis=23083>. Acesso em: 10 mar. 2023.

BANDEIRA JUNIOR, Antônio Francisco. *Considerações sobre a crise financeira e o elemento servil*. Rio de Janeiro: Typ. União de A. M. Coelho da Rocha & C., 1884. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221753>. Acesso: 10 mar. 2023.

BARBUY, Heloisa. *A Cidade-exposição, comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*. São Paulo: Edusp, 2006.

BONADIO, Maria Claudia. *Moda e sociabilidade, mulheres e consumo na São Paulo dos anos 1920*. São Paulo: Senac, 2007.

BOUCHER, François [1965]. *História do vestuário no ocidente: das origens aos nossos dias*. Tradução André Telles. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

BOUDET, Adrien. Alès: après 121 ans de service, Au bon diable tire sa révérence, *Midi Libre*, 18 de nov. de 2017. Disponível em: <http://www.midilibre.fr/2017/11/18/ales-apres-121-ans-de-service-au-bon-diable-tire-sa-reverence,1590656.php>. Acesso em: 14 mar. 2023.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Tese (Doutorado)–Unicamp, Campinas, 1975.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil – 1930-1970*. Tese (Livre-docência)–Unicamp, Campinas, 1981.

CAVALCANTI, Pedro; DELION, Luciano. *São Paulo, a juventude do Centro*. São Paulo: Códex, 2004.

CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. *O Brasil – Suas riquezas naturais, suas indústrias*. v. III – Indústria de transportes, indústria fabril. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas M. Orosco & C., 1909, p. 255. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10012857&parte=1>.

Acesso em: 19 maio 2023.

FEIJÃO, Rosane. *Moda e modernidade na belle époque carioca*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011. 176p.

FERREIRA, Natânia Silva. *O consumo na capital criada nos anseios da modernidade da Primeira República – Belo Horizonte (1894-1930)*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico)– Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2022.

FISHLOW, Albert. Origens e consequências da substituição de importações no Brasil. *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 2 n. 6, p. 7-75, dez. 1972.

GODLEY, Andrew. *The development of the UK clothing industry, 1850-1950: output and productivity growth*, p. 46-63; Published online: 24 May 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00076799500000127>. Acesso em: 4 abr. 2023.

GOMES, Thais. *Um pouco da memória “do Guaspari” – como diziam os porto-alegrenses*; site Ricardo Orlandini, 6 de jul. 2011. Disponível em <http://www.ricardoorlandini.net/colunistas/ver/49/31054/um-pouco-da-memoria-ldquo-do-guasparirdquo-como-diziam-os-porto-alegrenses/>. Acesso em: 19 maio 2023.

HOBBSAWM, E. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

KONTIC, Branislav. *Inovação e redes sociais: a indústria da moda em São Paulo*. Tese (Doutorado)– Departamento de Sociologia FFLCH/USP, São Paulo, 2007.

LIBBY, Douglas Cole. Notas sobre a produção têxtil brasileira no final do século XVIII: novas evidências em Minas Gerais. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 27, n. 1; jan./abr. 1997.

MALERONKA, Wanda. *Fazer roupa virou moda – um figurino de ocupação da mulher (São Paulo 1920-1950)*. São Paulo: Editora Senac, 2007.

MARSON, Michel Deliberali. Origens dos empresários da indústria de máquinas e equipamentos em São Paulo, 1870-1900. *Nova Economia*, Belo Horizonte, set./dez. 2012.

MARX, Karl [1867]. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1 – O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Editora Boitempo, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod_resource/content/1/MARX%2C%20Karl.%20O%20Capital.%20vol%20I.%20Boitempo..pdf. Acesso em: 5 maio 2023.

NACIF, Maria Cristina Volpi. *Estilo urbano, um estudo das formas vestimentares das camadas médias urbanas no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX*. Tese (Doutorado em História Sócia)–UFF/ICHF, Niterói, 2000.

NASCIMENTO, Amauri M. *Iniciação ao direito do trabalho*. 36. ed. São Paulo: Ltr, 2011.

- NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- NEVES, Deborah R. L. Tecendo a história de São Paulo: tecelagens como patrimônio cultural; USJT; *Revista Arq. Urb.*; n. 26, set./dez. 2019.
- OLIVEIRA, Maria Teresa Ribeiro de. Encilhamento: controvérsia e efeitos sobre a indústria têxtil mineira a indústria têxtil mineira. *História Econômica & História de Empresas*, ABPHE, v. 1, jul./dez. 2012.
- PRADO JUNIOR, Cario. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- PRADO, Luís André do; BRAGA, João. *História da moda no Brasil, das influências às autorreferências*. São Paulo: Disal, 2012.
- RENNER, A. J. Discursos e artigos (1931-1952). *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 3 ago. 1952. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 50ª Legislatura (1999-2003), Porto Alegre, 2000. 293p. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=2XQW0SJYcU%3d&tabid=3101&language=pt-BR>. Acesso em: 19 maio 2023.
- RICCI, Fábio. *Origem e desenvolvimento da indústria têxtil no Vale do Paraíba paulista no período da República Velha*. Tese (Doutorado em História Econômica)–FFLCH/USP, 2002.
- STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.
- SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira, origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

EDITOR RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO

Fábio Antonio de Campos



Disponível em:

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=395282760007>

Como citar este artigo

Número completo

Mais informações do artigo

Site da revista em redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe,
Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no
âmbito da iniciativa acesso aberto

Luis André do Prado

**São Paulo no contexto da industrialização do vestuário,
durante a belle époque tropical - 1870 a 1922**

**The state of São Paulo in the Brazilian context of clothing
industrialization, during the tropical belle époque - 1870 -
1922**

Economia e Sociedade

vol. 34, núm. 1, e265287, 2025

Instituto de Economia da Universidade Estadual de
Campinas; Publicações,

ISSN: 0104-0618

ISSN-E: 1982-3533

DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2025v34n1.265287>